



1 956ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte dias do mês de maio de  
2 dois mil e quatorze, as quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na  
3 Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária “Armando de Salles  
4 Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago  
5 e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan  
6 Agopyan , Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco, José Eduardo Krieger,  
7 Maria Arminda do Nascimento Arruda, Antonio Carlos Hernandez, Sérgio  
8 França Adorno de Abreu, Maria Helena Rolim Capelato, José Rogério Cruz e  
9 Tucci, Nicolau Reinhard, Adalberto Américo Fischmann, Marcelo de Andrade  
10 Roméro, Ana Lúcia Duarte Lanna, Margarida Maria Krohling Kunsch, Elizabeth  
11 Nicolau Saad Corrêa, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Sonia Maria  
12 Vanzella Castellar, Tito José Bonagamba, Cleber Renato Mendonça, Adalberto  
13 Fazzio, Alejandro Szanto de Toledo, Liedi Legi Bariani Bernucci, Lucas Antonio  
14 Moscato, Geraldo Roberto Martins da Costa, Aluísio Augusto Cotrim Segurado,  
15 Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Luiz Henrique Catalani, Germano Tremiliosi  
16 Filho, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Alexandre Nolasco de Carvalho,  
17 Clodoaldo Grotta Ragazzo, Jefferson Antonio Galves, Laerte Sodrê Junior,  
18 Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Valdecir de Assis Janasi, Silvio Roberto Farias  
19 Vlach, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Jackson Cioni Bittencourt, Rui Curi,  
20 Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, Miguel Trefaut Urbano Rodrigues, José  
21 Vicente Caixeta Filho, Marcos Vinícius Folegatti, Enrico Lippi Ortolani, José  
22 Antonio Visintin, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Raquel Rapone  
23 Gaidzinski, Silvana Martins Mishima, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Paulo  
24 Nelson Filho, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Luiz Fernando  
25 Pegoraro, Waldyr Antônio Jorge, Rodney Garcia Rocha, Gerson Aparecido  
26 Yukio Tomanari, Marilene Proença Rebello de Souza, Ana Maria Setubal Pires  
27 Vanin, Fernando Luis Medina Mantelatto, Carlos Eduardo Negrão, Maria  
28 Augusta Peduti Dal’Molin Kiss, Maria Vitória Lopes Badra Bentley, Suely Vilela,  
29 Victor Wünsch Filho, José Alfredo Gomes Arêas, Douglas Emygdio de Faria,  
30 Sigismundo Bialoskorski Neto, Eliezer Martins Diniz, Maria Cristina Motta de  
31 Toledo, Luiz Silveira Menna Barreto, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Hugo  
32 Ricardo Zschommler Sandim, Umberto Celli Junior, Guilherme Adolfo dos  
33 Santos Mendes, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Camila de Moraes,  
34 Carlos Alberto Ferreira Martins, Renato Luiz Sobral Anelli, Pedro Bohomoletz

35 de Abreu Dallari, Amâncio Jorge S. Nunes de Oliveira, Maria Beatriz Borbat  
36 Florenzano, Martin Grossmann, Oswaldo Baffa Filho, Simone Rocha de  
37 Vasconcellos Hage, José Renato de Campos Araújo, Joaquim José de  
38 Camargo Engler, Neli Maria Paschoarelli Wada, Dulce Helena de Brito,  
39 Alexandre Pariol Filho, Raul Santiago Rosa, Carlos Eduardo Batista de Souto  
40 Alves, Filipe Gabriel Soares P. Rodrigues, Camilo Henrique Fernandes Martin,  
41 Antenor Cerello Júnior, José Luiz Borges Andreoli, Tomás Costa de Azevedo  
42 Marques, Mariana Nunes de Moura Souza e Artur Guazzelli Leme Silva.  
43 Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral.  
44 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus  
45 respectivos suplentes, os Conselheiros: Reinaldo Guerreiro, Fábio Frezatti,  
46 Eduardo Henrique S. Monteiro, Richard Charles Garrat, José Roberto Castilho  
47 Piqueira, José Carlos Maldonado, Jorge Kazuo Yamamoto, Wellington Braz  
48 Carvalho Delitti, Silvia Helena de Bortoli Cassiani, Osvaldo Luiz Bezzon, Vera  
49 Silvia Facciolla Paiva, Arlindo Philippi Junior, Francisco de Assis Leone,  
50 Eduvaldo Paulo Sichieri, Vivian Valente Petri e Phillipe Pessoa de Santana.  
51 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Luiz Gonçalves Neto,  
52 Giovanni Guido Cerri, Luiz Ernesto de Almeida Troncon, Walter Ribeiro Terra,  
53 Fernando Salvador Moreno, Fátima Aparecida Emm Faleiros Sousa, Frederico  
54 Pereira Brandini, Pietro Ciancaglini, Paulo José do Amaral Sobral, João Bosco  
55 Nunes Romeiro, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, Rafael dos Santos  
56 Ferrer, Stefhanie Costa Merino, Mariana Queen I. Nwabasili, Carlos Eduardo  
57 Garisto de Nicola, José Arana Varela, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Fábio  
58 de Salles Meirelles, Luiz Gustavo da Cunha Soares e Rafael Madureira  
59 dos Anjos. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor  
60 declara aberta a sessão colocando em votação as atas das reuniões realizadas  
61 em 25.02 e 25.03.2014, sendo as mesmas aprovadas pelos presentes. Ato  
62 contínuo passa a palavra ao Secretário Geral para apresentação dos novos  
63 membros. **Secretário Geral:** **Diretores:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Belmira Amélia de Barros  
64 Oliveira Bueno (FE), Prof. Dr. Clodoaldo Grotta Ragazzo (IME) e Prof. Dr.  
65 Germano Tremiliosi Filho (IQSC). **Representante da Congregação:** Prof. Dr.  
66 Jefferson Antonio Galves (IME). **M. Reitor:** "Minhas comunicações são curtas,  
67 mas uma delas, embora curta, é de peso. Não que as outras não tenham valor,

68 obviamente. O Vice-Reitor é Presidente da Comissão Permanente de  
69 Avaliação e comunica que a Comissão está trabalhando em uma nova rodada  
70 de avaliação da Universidade de São Paulo. Os procedimentos serão revistos e  
71 simplificados, para obtermos parâmetros objetivos e que nos permitam, de fato,  
72 usar a avaliação como instrumento de gestão da Universidade. Vejam que se  
73 trabalha com a clara diferença entre a avaliação institucional e a avaliação  
74 pessoal de docentes, que é domínio da CERT e não há que se confundir uma  
75 coisa com a outra. É certo que no segundo semestre deste ano os trabalhos se  
76 desencadeiam para valer e então todos serão informados deste andamento. Os  
77 senhores têm aí um belíssimo livro da OSUSP, com as memórias da OSUSP e  
78 convém lembrar - como diz a Profa. Maria Arminda, nossa Pró-reitora de  
79 Cultura e Extensão Universitária - que é belo, provavelmente deve ser um  
80 pouco dispendioso, mas foi feito anteriormente, não é de agora. Finalmente,  
81 todos sabem que na semana passada tivemos uma reunião do CRUESP com  
82 os representantes de servidores e docentes, para tratarmos das questões  
83 relativas às relações entre a gestão da Universidade e os Sindicatos. Entre  
84 esses tópicos, muitos dos quais continuam sendo negociados, porque têm  
85 implicações de longo prazo, foi discutida a impossibilidade do reajuste salarial  
86 neste momento, como nós, Reitores, gostaríamos de ter podido fazer, pelo  
87 menos, recompondo as perdas inflacionárias, diante da situação financeira das  
88 três Universidades das quais a que está em pior situação é a USP. Amanhã  
89 teremos nova reunião com os representantes sindicais e continuaremos  
90 discutindo as relações e diferentes aspectos que precisam ir sendo  
91 aperfeiçoados e, inclusive, ações conjuntas entre os sindicatos e a  
92 administração da Universidade. Mas, naquele momento, não foi possível fazer  
93 aquilo que todos desejavam, isto é, recompor os salários, pelo menos, no nível  
94 das perdas inflacionárias do período. Essas eram as minhas comunicações e  
95 passo agora a palavra aos Pró-reitores.” **Cons. Antonio Carlos Hernandez:**  
96 “Quero falar sobre esses cem dias que estamos completando frente à Pró-  
97 reitoria. No último Conselho de Graduação que aconteceu na semana anterior,  
98 na quinta-feira, aprovamos, por unanimidade, a inserção das atividades  
99 acadêmicas complementares no histórico escolar. Essa era uma demanda  
100 antiga dos estudantes e também dos docentes da Universidade de São Paulo e

101 agora, a partir de agosto, quando o sistema Júpiter estará próprio para receber,  
102 as Unidades já estarão prontas para, junto com as Comissões de Graduação,  
103 fazerem a inserção do que cada Unidade irá decidir como atividade acadêmica  
104 complementar. Ficará a cargo da Unidade dizer o que ela considera atividade  
105 acadêmica complementar. Isso será registrado no histórico escolar do  
106 estudante no final do curso e quando ele finalizar e for retirar o histórico,  
107 aparecerá todas as atividades complementares e quanto isso será atribuído  
108 como crédito para aquelas atividades que forem realizadas. Dentre elas,  
109 poderá aparecer, desde atividades de iniciação científica, viagens, participação  
110 nos Diretórios Acadêmicos, Congressos, ou seja, a Unidade irá decidir  
111 juntamente com os seus membros o que será definido. Esse é um ponto  
112 extremamente importante, porque avançamos nesse processo de registro e de  
113 flexibilização das atividades da graduação. Outro ponto é o novo *site* da Pró-  
114 reitoria de Graduação. Ele entrou no ar no mesmo dia da reunião do CoG e  
115 enviei aos senhores Diretores uma solicitação para que os que tem assessoria  
116 de comunicação ou o *campi* que possua assessoria de comunicação, enviem  
117 todas as atividades relacionadas à graduação, para que possamos publicar no  
118 novo *site*. Se no momento os senhores acessarem, poderão ver que o  
119 destaque principal é uma foto que aparece associada às atividades de  
120 graduação da Universidade de São Paulo como um todo. Apesar de estar no  
121 *site* da Unidade, a ideia é que isso esteja também centralizado no *site* da Pró-  
122 reitoria de Graduação. Poderão também verificar outros ícones, de maneira  
123 geral, importantes. Outro comunicado é que no dia 5 de junho iremos ter um  
124 Conselho de Graduação extraordinário específico para definir as datas do  
125 próximo vestibular e neste momento será apresentado a todos os conselheiros  
126 todos os dados consolidados dos alunos ingressantes de escola pública em  
127 cada curso e, também, dos auto declarados pretos, pardos ou índios. Esses  
128 dados serão enviados à Secretaria Geral para encaminhamento a todos os  
129 membros do Co. Por fim, um convite. No dia 29 de maio, na Biblioteca  
130 Brasileira, estaremos realizando o primeiro Simpósio Temático da Pró-reitoria  
131 de Graduação, sobre inovações e laboratório de ensino. É mais do que uma  
132 prestação do que foi realizado com os recursos destinados ao Programa  
133 InovaLab da Universidade de São Paulo, mas, principalmente, compartilhar o

134 que foi realizado em cada Unidade e o que conseguimos congregamos para que  
135 mais dos nossos alunos possam ter acesso a essas inovações nos laboratórios  
136 de ensino." **Cons.<sup>a</sup> Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco**  
137 **(apresentação)**: "Gostaria de compartilhar com todos três informações  
138 importantes. Temos várias notícias não muito boas, mas as que tenho são  
139 todas para mostrar que a nossa Universidade é, realmente, especial. Gostaria  
140 de compartilhar com todos os resultados da avaliação CAPES dos programas  
141 de pós-graduação. O resultado foi divulgado recentemente, no final do mês de  
142 abril. Essa tela mostra o resultado da distribuição dos conceitos CAPES aos  
143 programas do país inteiro. Foram avaliados, nesse triênio de 2010 a 2012,  
144 3.337 programas, 230 dos quais são da USP. Temos, neste momento, 260  
145 programas, 30 deles não entraram nessa avaliação porque não tiveram  
146 atividades no triênio completo, então não foram incluídos nessa avaliação. A  
147 distribuição dos conceitos CAPES segue uma curva normal, que está  
148 apresentada no gráfico à direita, com um grande predomínio dos programas  
149 com conceitos 3 e 4. Na próxima tela estão os resultados dos programas da  
150 USP, e todos podem perceber que a nossa curva de distribuição de resultados  
151 é bastante diferente dos programas da CAPES do resto do país, porque temos  
152 um número muito grande de programas com conceitos altos - conceitos 5, 6 e  
153 7. De forma que coloquei nessa tabela a distribuição desses programas, os que  
154 têm conceitos 5, 6 e 7 são 157, que significa 68% dos nossos programas, ou  
155 seja, dois em cada três programas de pós-graduação nessa Universidade  
156 estão com os conceitos mais altos. Entre os programas de excelência, que são  
157 aqueles de nível internacional que recebem conceitos 6 e 7, temos 92, ou seja,  
158 40% dos nossos programas de pós-graduação da USP são programas de  
159 excelência. Lembrem-se que no gráfico anterior constava que a porcentagem  
160 dos de excelência no país todo, 6 e 7 somam 12% e temos uma porcentagem  
161 significativamente mais alta. A próxima tela mostra a evolução dos conceitos  
162 dos programas que temos na Universidade nos últimos cinco triênios. O  
163 número mais embaixo é o número de programas que foram avaliados em cada  
164 um desses triênios. Todos podem observar claramente que no último triênio há  
165 uma migração dos programas para os conceitos mais altos, portanto temos um  
166 número maior de programas com conceitos 6 e 7. Todos podem observar

167 também que houve um pequeno aumento do número de programas de  
168 conceito 3, que é a nota mais baixa da CAPES, que se deve à entrada de  
169 dezoito programas de mestrado profissional nesta avaliação da CAPES, nove  
170 possuem conceito 3, seis conceito 4 e dois conceito 5, que é o conceito  
171 máximo que se dá aos programas de mestrado profissional. Essa é mais ou  
172 menos a evolução da avaliação CAPES dos nossos programas e esses  
173 resultados são bastante interessantes, porque mostram que os nossos  
174 programas continuam sempre melhorando. Na próxima tela temos um resumo.  
175 Os programas de pós-graduação da USP correspondem a 7% do total de  
176 programas avaliados em todo país. Apesar de temos apenas 7% dos nossos  
177 programas, temos 15% dos programas com conceito máximo e isso é muito  
178 interessante, os outros itens mostram que os programas da USP com conceitos  
179 de excelência são 22% dos programas do país com conceitos máximos e 40%  
180 dos nossos programas. Ainda temos os programas da USP com conceito 7,  
181 31% do que tem no país está aqui. Outro dado interessante é que temos 28  
182 programas que mantém o conceito 7 desde os últimos cinco triênios. Esses  
183 dados estão disponibilizados no *site* da Pró-reitoria de pós-graduação. A  
184 próxima tela mostra o número de alunos que temos, estamos perto de 25.000  
185 alunos, sendo 13.000 no doutorado e 12.000 no mestrado. No próximo, temos  
186 os alunos que se formaram em 2013. Esse é o panorama da nossa pós-  
187 graduação, o que nos deixa satisfeitos. Mudando de assunto, outra notícia boa  
188 é que na semana passada estive na entrega dos prêmios CAPES-Elsevier  
189 2014, que esse ano resolveu premiar dez mulheres. Até o ano retrasado era  
190 misto, e esse ano resolveram homenagear dez mulheres. Das dez mulheres  
191 que foram selecionadas, duas são professoras da nossa Universidade. Uma  
192 delas é a Prof.<sup>a</sup> Maria Rita Bueno, do Departamento de Genética e Biologia  
193 Evolutiva, do Instituto de Biociências e a outra é a Prof.<sup>a</sup> Alícia Kowaltowski, do  
194 Instituto de Química, que é coincidentemente Presidente CPG do Instituto.  
195 Ficamos muito satisfeitos porque tivemos duas pessoas da USP entre os  
196 premiados. Tivemos também duas pessoas da UNESP, que curiosamente são  
197 egressas dos programas de pós-graduação da USP, duas da Federal do Rio  
198 Grande do Sul, uma da Federal do Rio de Janeiro, uma da UNIFESP, uma da  
199 Universidade Federal de Santa Maria e uma da UNICAMP. O terceiro item que

200 gostaria de compartilhar com todos é um pouco mais complexo, é que na Pró-  
201 reitoria estamos experimentando uma situação bastante complicada e que vou  
202 precisar do apoio de todos os dirigentes das Unidades dessa Universidade. Já  
203 relatei em uma reunião anterior que a CAPES mudou o sistema de repasse de  
204 verbas para a Universidade. As verbas que vem da CAPES são de dois tipos. É  
205 a verba PROEX, para os programas que têm conceitos 6 e 7; e a verba  
206 PROAP, para os programas de conceitos 3, 4 e 5. As verbas PROEX  
207 continuam sendo repassadas, a parcela de 2014 não chegou ainda, mas até o  
208 mês passado a verba era repassada diretamente aos coordenadores de  
209 programa. E as verbas PROAP eram repassadas para a Reitoria, que  
210 repassava para as Unidades, que faziam seus gastos seguindo as regras da  
211 CAPES. Agora, a situação mudou completamente. A CAPES sofreu a  
212 intervenção da Procuradoria Geral da União e tiveram que mudar o sistema de  
213 repasse desse recurso. Então, a Universidade recebe um dinheiro informado  
214 apenas no papel, temos um dinheiro virtual, e esse dinheiro tem que ser gasto  
215 via Sistema Federal de Convênios - o SICONV. O que acontece é o seguinte: a  
216 CAPES enxerga a USP como uma Unidade só, varia apenas os *campi*. O  
217 *campus* São Paulo é uma Unidade, o *campus* Ribeirão Preto é outra Unidade.  
218 Então, toda verba que será gasta pelo SICONV tem que ser agrupada e se ela  
219 ultrapassar o mínimo estabelecido pela Lei 8666 tem que se fazer licitação.  
220 Isso complica a agilidade dos nossos programas de pós-graduação de uma  
221 maneira que não preciso explicar por que estou pedindo o apoio das Unidades.  
222 Fizemos na semana passada três reuniões, uma com os coordenadores de  
223 programas e duas outras reuniões com os dirigentes das Unidades de São  
224 Paulo, porque as Unidades do interior se organizaram rapidamente e  
225 resolveram o impasse facilmente, mas o *campus* de São Paulo é mais  
226 complexo, temos um número muito grande de programas - 105 programas só  
227 no *campus* de São Paulo. Teremos que agrupar despesas iguais, as Unidades  
228 terão que se disponibilizar a fazer as licitações para cada um dos itens. Isso  
229 facilita da seguinte forma: uma Unidade que fizer para um item não terá que  
230 fazer para os outros. Então é do tipo um ajuda o outro. Os coordenadores de  
231 programas estão acompanhando diariamente essa nossa necessidade e eu  
232 pediria que os dirigentes apoiassem, porque precisaremos realmente trabalhar



233 juntos, porque estamos falando de uma quantidade de dinheiro que não é  
234 desprezível e na atual situação não podemos nos dar o luxo de perder um  
235 centavo se quer." **Cons. José Eduardo Krieger:** "Gostaria de falar brevemente  
236 sobre quatro assuntos. O primeiro deles é que preciso do auxílio dos  
237 Conselheiros, especialmente dos diretores de unidades, com relação à  
238 compreensão do que são os NAPs - Núcleos de Apoio à Pesquisa. Há uma  
239 confusão muito grande de que os NAPs estão relacionados à verba  
240 orçamentária nos anos de 2012 e 2013, da última gestão. Não é isso. Os NAPs  
241 foram um esforço da Universidade para fazer uma reengenharia da  
242 organização da pesquisa na Universidade, e são fundamentais,  
243 independentemente das verbas orçamentárias, até porque se trata de um  
244 grupo de elite e acredita-se que o potencial dessas organizações de trazer  
245 recursos é muito maior do que a Universidade poderia prover. E nesse sentido,  
246 é importante salientar que é muito difícil para a Pró-reitoria olhar,  
247 individualmente para os cerca de seis mil docentes pesquisadores, de forma  
248 que a organização da pesquisa, em NAPs, em NCTs, em CEPIDs, em projetos  
249 como o BIOTA-FAPESP, BIOEN-FAPESP, o telescópio que o IAG está  
250 procurando obter junto à FAPESP, o projeto do laboratório em Santos junto  
251 com a PETROBRAS, são fundamentalmente onde a Pró-reitoria costuma se  
252 focar. Portanto, é necessário que os colegas reforcem essa ideia. O NAP é  
253 uma estrutura dinâmica, necessária, e é o foco da Pró-reitoria. Esse é o  
254 primeiro aspecto. O segundo ponto que gostaria de comentar é com relação ao  
255 grande desafio dessa Pró-reitoria, que é a questão do Centro de  
256 Gerenciamento de Projetos. Evidentemente que esse é um problema  
257 complexo, não deve se resolve em uma gestão, mas essa gestão procurará dar  
258 contribuições importantes nesse assunto. Vou procurar informá-los a cada  
259 reunião do andamento dessa empreitada. Então, ontem já tivemos a reunião  
260 com, aproximadamente, 20 funcionários da informação central que têm  
261 interesse em começar a participar dessa nova reformatação da gerência da  
262 pesquisa ou de projetos da Universidade de São Paulo, capitaneada pela Pró-  
263 reitoria de Pesquisa. Com o auxílio do Professor Rudinei Toneto Junior, já  
264 estamos identificando - lembrem-se que esse é um movimento centrífugo, ele  
265 sai das instituições centrais para a periferia, isso não tem nada a ver com as

266 iniciativas que já vimos aqui, muito salutares - o movimento entre unidades,  
267 essa é uma mudança, é uma melhor utilização dos funcionários que estão na  
268 central e que podem diretamente participar desse projeto. Isso será feito em  
269 etapas. Tivemos, também, com o auxílio do nosso Vice-reitor, uma reunião com  
270 o presidente do CNPq, onde apresentamos um projeto semelhante a esse, que  
271 visaria capacitar, sejam os nossos funcionários ou pessoas externas para essa  
272 atividade. Então, a figura do *project manager* não existe, vamos ter enquanto  
273 melhor universidade, não só porque temos demanda nos nossos grandes  
274 projetos, mas vamos ter que entregar isso para a sociedade e para nós  
275 mesmos, para os nossos projetos. Estamos procurando viabilizar esse projeto  
276 até mesmo com o auxílio do CNPq e da CAPES, que ainda não tivemos a  
277 felicidade. Só a título de, talvez deixar as coisas mais tranquilas aqui, o nosso  
278 Vice-reitor foi muito sábio e interrompeu essa reunião, tivemos que pegar um  
279 avião, pois se ficássemos dez minutos lá, era possível que algumas das bolsas  
280 da USP passassem para o CNPq. Isso foi bastante importante para  
281 continuarmos. O terceiro ponto que gostaria de discutir é que, em consonância  
282 com as atividades do M. Reitor e da Comissão USP 80 anos, que está  
283 procurando mobilizar a USP, o repensar da USP, essas ações que estão sendo  
284 realizadas no nível do nosso Conselho, houve um interesse de começar a  
285 identificar aqueles docentes da Universidade que têm quarenta anos ou menos.  
286 E, para nossa surpresa - pelo menos para minha -, não estamos tão mal assim.  
287 Existem cerca de 800 docentes, entre os 6 mil, nessa idade e, juntamente com  
288 a Comissão USP 80 anos e com as outras ações que estão sendo feitas,  
289 queremos dar uma atenção especial a esse grupo de docentes, especialmente  
290 porque daqui 20 ou 30 anos, serão eles que estarão no comando da  
291 Universidade. Até nesse momento de repensar as nossas estratégias a longo  
292 prazo, o que é que eles pensam. Então, nesse sentido, faremos, pelo menos,  
293 dois eventos, um muito próximo, que será um piloto, com poucos deles, e um  
294 segundo, em que talvez um número maior desses docentes participe, onde  
295 vamos querer ouvir o que eles estão fazendo, não só na sua atividade  
296 científica, mas como eles pensam a Universidade, a maior parte deles,  
297 provavelmente, teve experiências no exterior, deve ter uma visão muito clara  
298 de como deveria ser essa Universidade e, nesse sentido, procuraremos, por

299 meio da Pró-reitoria de Pesquisa, contribuir para essa discussão ora em curso.  
300 Para que o Professor Hernandez não ganhe o prêmio de ter sido que fez a  
301 manifestação mais curta, vou interromper aqui a minha fala.” **Cons.<sup>a</sup> Maria**  
302 **Arminda do Nascimento Arruda (apresentação):** “Hesitei muito sobre o que  
303 apresentar, vou falar rapidamente da Pró-reitoria de Cultura e Extensão  
304 Universitária antes de apresentar os dados, porque o Conselho Universitário foi  
305 bastante renovado e tenho percebido que as pessoas não têm clareza sobre a  
306 Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Ela tem cinco colegiados, além  
307 do Conselho, quatro Câmaras - Ação Cultural, Cursos de Extensão, Formação  
308 profissional e Saúde, e Avaliação dos Núcleos da Pró-reitoria. Tem, também,  
309 11 órgãos, portanto, 11 diretores e 11 vice-diretores; ela ainda organiza a  
310 Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, para a qual contamos com o apoio  
311 do Ministério da Ciência e Tecnologia e do CNPq. Tem sete programas, além  
312 da Tenda, Programa Aprender com Cultura, USP e as Profissões, os Editais, a  
313 Comissão de Estudos de Programas Ambientais, o Giro Cultural USP,  
314 Programa Nascente, que tem mais de 20 anos e tem revelado os artistas e  
315 escritores de São Paulo. Tem o Núcleo dos Direitos, com seis programas na  
316 área de Direitos; destaco a Universidade aberta à Terceira Idade, que tem mais  
317 de 20 anos. Tem também os núcleos de apoio à Cultura e Extensão, que são  
318 quinze. A Pró-reitoria é responsável por dois programas centrais que agora vou  
319 me deter rapidamente, mas há outros. É o Comitê de Fomento às Iniciativas de  
320 Cultura e Extensão e o Programa Aprender Cultura e Extensão. Aqui é  
321 importante perceber que são ações que cobrem toda a Universidade. O Comitê  
322 de Fomento teve, no ano passado, cinco reuniões, como sabem, na gestão  
323 passada toda a demanda foi qualificada, os recursos foram disponibilizados  
324 pelo fundo único, que é o FUPECEU, conforme a Resolução de 2007. Esse  
325 ano optei por fazer apenas duas reuniões e o orçamento vem da própria Pró-  
326 reitoria, por questões evidentes. Esta tela trata-se dos gastos dos projetos  
327 apresentados desde 2008, percebam que é crescente. O Comitê de Fomento  
328 aprovou um número significativo de projetos, este ano já tivemos a primeira  
329 reunião, mas o limite, o teto para atendimento, foi fixado em R\$ 225 mil. Agora  
330 temos os valores que foram requisitados entre 2008 e 2014. E o Comitê de  
331 Fomento também concede bolsas, anexas ao Projeto. Por que chamo a

332 atenção para isso? Bolsas de Graduação e de Pós-graduação. Vejam que isso  
333 significa que a política da Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária se  
334 estende para além do que, normalmente, se imagina que seja a Pró-reitoria.  
335 Este Comitê de Fomento também foi responsável, no ano passado, pela  
336 liberação de um volume considerável de recursos para pesquisa, viagens e  
337 outros, e queria apresentar, rapidamente, o escopo do atendimento, desde a  
338 área de Ciências, Tecnologia e Inovação, um número muito significativo de  
339 ações neste campo. Os valores requisitados foram altos e os atendidos  
340 também. Portanto, a tabela seguinte é uma tabela que vai revelar onde fixamos  
341 os nossos atendimentos ligados à área de Educação, da Saúde e da Difusão  
342 da Ciência e, também, ao atendimento às demandas sociais mais correntes.  
343 Isso, sem dizer que a Pró-reitoria atendeu projetos que são de todas as áreas -  
344 na área da Ciência e Tecnologia, inclusive. Neste slide, em vermelho são  
345 aqueles que mais se destacaram. Observem que em Saúde, foi um volume  
346 grande de recursos. E, finalmente, o Programa Aprender Cultura e Extensão,  
347 os conceitos e os resultados. Foi uma demanda totalmente qualificada. Temos  
348 uma concorrência de 6,8 alunos por bolsa, portanto é alta. Neste slide temos o  
349 volume de projetos que foram apresentados e bolsas solicitadas. Mas, quanto  
350 aos inscritos, chegaram a mais de 5 mil estudantes inscritos nessas bolsas de  
351 permanência estudantil. No último quadro, vocês tem a relação entre projetos e  
352 programas. Os programas são aqueles que têm mais de dois anos e os  
353 projetos os que têm menos de dois anos. Quero chegar ao fim chamando a  
354 atenção que esses números apresentados no último slide revelam que a Pró-  
355 reitoria tem estabelecido uma dinâmica de pensamento e ação que vislumbram  
356 a Universidade na complexidade de sua missão e na busca constante de  
357 integração das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim,  
358 tem buscado utilizar o inegável poder da cultura como instrumento de  
359 transformação da sociedade, fomentando de maneira a qualificar os recursos  
360 para sentir as suas necessidades e, com isso, aplicar de maneira cada vez  
361 mais qualificada seu orçamento e seu potencial humano. Muito obrigada, acho  
362 que com esses dados fica evidente o universo de atendimento da Pró-reitoria.”  
363 **M. Reitor:** “Tenho a impressão que as duas Pró-reitoras, coincidentemente,  
364 acompanharam a sua manifestação de apresentação na forma de slides, e se

365 elas autorizarem, a Secretaria Geral disponibilizará um *link* para esta reunião  
366 do Conselho Universitário. Encerrando as manifestações por parte da Reitoria,  
367 convido o Presidente da COP para fazer a atualização financeira da  
368 Universidade, como é habitual em todas as reuniões do Conselho  
369 Universitários.” **Cons. Sigismundo Bialoskorski Neto:** “A ideia é fazer uma  
370 prestação de contas muito rápida das atividades da COP e verificar a evolução  
371 e o acompanhamento da execução orçamentária da Universidade. Nesse  
372 período, nos debruçamos em vários processos, em um número muito grande  
373 de convênios e resolvemos enviar algumas decisões técnicas, como viagens  
374 didáticas e alimentação de animais para pesquisa às Pró-reitorias - de  
375 Graduação e de Pesquisa - e de iniciar os trabalhos de acompanhamento da  
376 situação orçamentária, das diretrizes orçamentárias para o próximo ano. Nas  
377 diretrizes orçamentárias para o próximo ano, já temos um gráfico que está  
378 sendo hoje reelaborado na CODAGE e a previsão é de que possamos, no dia  
379 27 de maio, fecharmos o documento, para enviarmos em junho para todas as  
380 unidades, para que assim se possa ter uma discussão geral na USP sobre as  
381 diretrizes orçamentárias, voltando em agosto, quando fecharíamos o  
382 documento para apreciação do Conselho Universitário de agosto. Logo após,  
383 enviaríamos as informações para um orçamento indicativo e para que as  
384 unidades pudessem trabalhar nos seus respectivos orçamentos. O retorno é  
385 previsto para outubro, uma consolidação em novembro, até que possamos  
386 apreciar o novo orçamento da Universidade para 2015 ao final do período. Sei  
387 que esse slide está difícil de visualizar, mas todos os Conselheiros têm todas  
388 as tabelas no Sistema de Informações Financeiras. Vou apenas acompanhá-  
389 las e fazer algumas observações sobre alguns números. Nessa primeira tabela,  
390 podemos verificar que em janeiro, fevereiro e abril, tivemos uma diferença  
391 negativa na arrecadação prevista do ICMS. Existe uma previsão de  
392 arrecadação do ICMS, essa previsão, geralmente, de ano a ano é mais  
393 elevada, eleva-se em 6, 7, 8, 9%, dependendo do ano, mas o efetivo pode ser  
394 diferente do previsto e, nesse caso, tivemos uma menor arrecadação em  
395 janeiro, menor em fevereiro do que o previsto, e menor em abril. Nessa tabela  
396 também é possível observar os gastos com a folha dos meses, com os outros  
397 custeios e o custeio de capital da Universidade, e em vermelho, embaixo,

398 temos o saldo do mês, o qual foi negativo em janeiro, fevereiro, março e abril.  
399 No acumulado, isso nos apresenta que no primeiro trimestre já alocamos e  
400 executamos 48% do que era previsto naquele orçamento aprovado em  
401 fevereiro e, no primeiro quadrimestre em abril, executamos 62,28% daqueles,  
402 aproximadamente, R\$ 575 milhões que orçamos e indicamos em fevereiro.  
403 Aqui tem dois comentários importantes, o primeiro é a conciliação entre o  
404 movimento financeiro e o orçamento. Existe uma orçamentação e uma  
405 movimentação financeira, um fluxo de caixa, que é esse que os senhores estão  
406 apreciando. Esse fluxo de caixa tem uma característica de que, na realidade,  
407 considera os compromissos que foram firmados em 2013 e por algum motivo  
408 executados no início do ano de 2014. Então, ele não espelha apenas a  
409 execução orçamentária, mas sim também os chamados restos a pagar ou  
410 aquelas contas que carregamos de um ano para outro. Nesse momento, a  
411 CODAGE trabalha em uma nova tabela para que possamos ter uma ideia um  
412 pouco mais clara do que deste montante foram os restos a pagar e o que é  
413 execução orçamentária efetiva este ano. Próxima tabela, aqui temos as  
414 transferências do Tesouro do Estado para a Universidade de São Paulo, então  
415 vocês veem que, do previsto para o realizado, há uma diferença negativa. É de  
416 se esperar que no início do ano se tenha essa diferença mais negativa, mas  
417 que a economia acabe esquentando ao longo do ano, e é natural que para o  
418 final do ano, acabe reagindo. E aí sim, a arrecadação pode ser levemente  
419 superior àquela prevista. Há oscilações e sazonalidades. No entanto, estamos  
420 em um ano delicado. O Governo acabou de enviar para Assembleia Legislativa,  
421 a LDO para 2015. Essa LDO faz uma previsão de receita fiscal do Estado, que  
422 não é, em si, o ICMS, mas sim o global de receitas fiscais, mas ele já faz uma  
423 previsão de uma redução dessa receita fiscal ao longo de 2014, ao redor de  
424 0,5%, como também reduz as estimativas iniciais para 2015, comparando a  
425 LDO de 2014 com a LDO de 2015. O Banco Central também tem algumas  
426 ações de previsão, entre elas, na realidade, um boletim semanal chamado  
427 Focos, em que são ouvidos economistas de diversas instituições financeiras  
428 pelo país, para se fazer um prognóstico futuro, e novamente esse prognóstico é  
429 negativo, ele decresce, e se espera, hoje, um crescimento no PIB em torno de  
430 1,69% agora em 2014 e de 1,9 em 2015. As leis de diretrizes orçamentárias

431 previam algo maior, o Estado de São Paulo pode ter um comportamento um  
432 pouco diferenciado desses números, mas acompanha essa tendência. Na  
433 realidade, existe uma expectativa de redução do crescimento estimado, tanto  
434 pelo Banco Central como pela própria Secretaria de Planejamento do Governo  
435 do Estado de São Paulo, então não é um cenário em que se espera um PIB  
436 acelerado ou uma situação confortável. Na realidade, se espera, na melhor das  
437 hipóteses, de que aquilo que foi previsto possa ser cumprido, mas com uma  
438 grande tendência hoje, de se ter uma redução deste crescimento. E existem  
439 grandes incertezas - e aí é a área da Economia como previsão de clima - entre  
440 essas incertezas, existe a Copa do Mundo, que não se sabe como é que a  
441 economia vai reagir a este evento, e o segundo são as eleições gerais.  
442 Geralmente, os anos de eleições são anos atípicos no desenvolvimento da  
443 economia, os agentes privados acabam investindo pouco e o crescimento  
444 acaba ocorrendo de uma forma mais tímida. Os anos de eleições não são anos  
445 em que os agentes econômicos investem e, costumeiramente, a economia  
446 acaba crescendo. Por todas essas razões, espera-se que tenhamos um  
447 cenário muito confortável no futuro. Neste slide há, também, um pouco da  
448 folha. Na realidade a nossa folha cresceu 11,97% em comparação a 2013,  
449 quando se excluem da folha de 2013 os prêmios que foram, na realidade,  
450 atípicos, enquanto tivemos, nas liberações do Tesouro, algo em torno de 8,93%  
451 superior ao ano passado. Então, vejam bem que as liberações do Tesouro são  
452 superiores, em 2014, às liberações que ocorreram em 2013, mas elas estão  
453 ligeiramente abaixo do que era previsto anteriormente pela LDO e que foram os  
454 números que trabalhamos para formalizar o orçamento da USP para 2014. Há  
455 aqui um descompasso. Por outro lado, gostaria de alertar a todos os senhores  
456 de que há um crescimento endógeno da folha. Não é possível estimar  
457 exatamente esse crescimento, porque faz parte deles quinquênios, sexta parte,  
458 benefícios, que a Universidade é obrigada a pagar, e depende um pouco do  
459 perfil dos seus funcionários e professores. Isso costuma ser em torno de 1%,  
460 1,5%, 2% ao ano e varia de ano a ano. Então, apesar desses números,  
461 teremos ainda este ano um crescimento endógeno da folha de 1,5 a 2%.  
462 Portanto, a nossa folha deve continuar crescendo e hoje ela está na casa dos  
463 104,22%, isso quer dizer, está 4% acima das receitas que estamos recebendo.

464 Por fim, a que talvez seja a transparência mais difícil de todas. No ritmo que  
465 estamos executando o orçamento, na realidade, por causa desses restos a  
466 pagar, temos uma expectativa que, possivelmente, entrada no fundo de  
467 reservas e possa ser superior aos R\$ 575 milhões previstos inicialmente. Isso  
468 em função de que não constou do orçamento essa parte do fluxo financeiro dos  
469 restos a pagar. Para cumprir esse orçamento, teríamos que travar nossa  
470 execução orçamentária futura nos 217 milhões das nossas reservas, e nos  
471 esforçarmos para que isso ocorra. Logicamente, isso vai depender da evolução  
472 da arrecadação do ICMS futura, da avaliação dos impactos das medidas de  
473 contenção de despesa, e porque a máquina anda lentamente, estamos  
474 começando agora a perceber o quanto essa contenção de despesa impactou o  
475 orçamento como um todo. Portanto, há ainda a necessidade de se fazer  
476 observação para o próximo trimestre maio-junho-julho e acredito que em  
477 agosto, já incluindo uma ideia plurianual, possivelmente deveríamos estar  
478 rediscutindo o orçamento da Universidade. Em outras palavras, acho que o  
479 cenário não é, infelizmente, muito confortável para todos, o que demanda, por  
480 parte da administração e nossa, não só esforços, mas uma atenção especial ao  
481 longo deste ano.” **Cons.<sup>a</sup> Neli Maria Paschoarelli Wada** : “Gostaria que o  
482 senhor me dissesse qual a previsão da arrecadação do ICMS para 2014, na  
483 qual o senhor está fazendo as contas da questão orçamentária, pois o senhor  
484 coloca a arrecadação, as despesas e sabemos que nos seus números só  
485 aparece como receita a arrecadação do ICMS, agora em 2014. Outra pergunta:  
486 qual é o fundo de reserva da USP? Onde está aplicado esse fundo e quanto  
487 rende esse fundo por mês? E uma outra questão é que vi que tem um valor  
488 elevado no pagamento de precatórios e sabemos que grande parte desse valor  
489 de precatórios é pela má administração dos gestores públicos dentro das  
490 unidades. Gostaria de saber se será tomada alguma providência com relação a  
491 essa má gestão destes gestores públicos. Coloco aqui uma proposta para ser  
492 avaliada pelo Reitor, pela COP e até por esse Conselho: cada um que  
493 administrar mal recursos humanos na sua Unidade e a USP tiver que pagar um  
494 precatório - pois os nossos precatórios, pelo menos os que conheço, são  
495 altíssimos, R\$ 50 mil, R\$ 60 mil, 129 mil -, que esse gestor público devolva  
496 esse dinheiro para os cofres da Universidade, porque a Universidade, que é



497 mantida com dinheiro público, não pode mais sustentar a má administração dos  
498 gestores públicos, principalmente na questão do assédio moral e na má  
499 administração, inclusive, de direitos trabalhistas, porque qualquer um hoje  
500 conhece e sabe como é regida a CLT.” **Cons. Sigismundo Bialoskorski Neto:**  
501 “Talvez eu tenha que, rapidamente, explicar um pouco sobre o funcionamento  
502 da COP. A COP é uma Comissão do Conselho Universitário, da qual  
503 participam alguns professores e que julga e aprecia o mérito de várias  
504 questões. Mas, a COP não tem uma estrutura, ou não tem dados próprios, ou  
505 não tem levantamento de dados próprios. Nesse sentido, a COP trabalha com  
506 as estimativas da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São  
507 Paulo que, uma vez aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias pela  
508 Assembleia Legislativa - por volta de setembro a Secretaria de Planejamento  
509 enviando para a Assembleia o orçamento do ano seguinte - é consignado para  
510 a Universidade de São Paulo o seu orçamento, e dividido em cotas. A  
511 execução dele que é variável. Quanto à aplicação dos fundos, temos algumas  
512 informações provenientes da CODAGE e deve estar, aproximadamente, neste  
513 momento, s.m.j. ou melhores informações, em torno de R\$ 2,3 bilhões, que  
514 está aplicado no Banco do Brasil em vários fundos diferentes, que  
515 apresentaram uma média de rentabilidade, no ano passado, de 9,09% ao ano.  
516 Isso são fundos de DI e vários fundos. Essa informação existe, em determinado  
517 momento é questão de organizá-la e distribuí-la. E a última, quanto aos  
518 precatórios, acredito que seja algo a ser analisado pela própria Reitoria ou não  
519 sei se, pode ser uma questão da própria Comissão de Orçamento, mas há  
520 valores de precatórios e a Universidade deve pagá-los. As informações  
521 referentes à Secretaria de Planejamento dos anos passados e as próximas,  
522 estão conosco, é facilmente possível trocar essas informações, e a gestão do  
523 fundo com os montantes exatos de aplicação, pois são diversificadas, também  
524 existe na Universidade, não é difícil de obtê-las, mas até o ano passado estava  
525 em torno de 9,09% de média. Há fundos que rendem um pouco mais, fundos  
526 que rendem um pouco menos, como normalmente são as aplicações  
527 financeiras de pessoas físicas, são diversificados, mas não são fundos de alto  
528 risco, são todos fundos de baixo risco, mas levemente acima da poupança.”  
529 Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** passa ao item **4.**

530 **Eleição de um membro docente do Co para compor a Comissão**  
531 **Acadêmica do Programa USP Diversidade, nos termos do artigo 6º, inciso**  
532 **1, da Resolução do CoCEX nº 5908, de 10.03.2011. Cons.ª Maria Arminda**  
533 **do Nascimento Arruda:** "O Programa USP Diversidade foi criado na gestão  
534 passada. Antes havia um grupo de trabalho que tinha, inclusive, obtido  
535 recursos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mas  
536 tinha deixado de funcionar. Então, na medida em que o Núcleo dos Direitos foi  
537 constituído para agregar os vários programas que a Pró-reitoria administra na  
538 área de Direitos, ele se transformou em um Programa e a noção da diversidade  
539 é ampla. Começou com uma reflexão sobre homofobia, mas cresceu e se  
540 estendeu às diferentes formas de discriminação. O Conselho Universitário  
541 indica um membro para compor o Conselho do Programa da Diversidade.  
542 Normalmente, acho que seria interessante pessoas que se dedicam a essa  
543 reflexão. Penso muito nas pessoas ligadas à Educação, da Faculdade de  
544 Educação, penso na Professora Sônia, não sei se ela aceitaria." **M. Reitor:**  
545 "Temos uma candidata que é a Prof.ª Sônia Castellar. Temos alguma outra  
546 sugestão de nomes?" **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Não a consultei, mas  
547 proponho o nome da Professora Eunice, da Faculdade de Direito." **M. Reitor:**  
548 "Trata-se de uma eleição de um membro do Co, a Comissão é ampla e já tem  
549 outros representantes." **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda:** "Acho  
550 o nome da Professora Eunice excelente, mas ela está sendo convidada a  
551 trazer, para o Núcleo de Direitos, o Programa que dirigia e ficou um pouco  
552 inativo. Acho que ela vai aceitar, de forma que teremos mais um programa."  
553 **Cons. Augusto Malaman:** "Também sou parte da frente LGBT da USP, que  
554 recentemente organizou o primeiro encontro LGBT da Universidade, e uma  
555 coisa muito importante que é preciso ser dita sobre esse Programa USP  
556 Diversidade é que, entendo que o ponto é específico de um docente para essa  
557 Comissão, mas acho que mais relevante do que pensar e que os docentes se  
558 proponham no sentido de trazer um novo programa e tudo mais, é uma  
559 reflexão sobre como o USP Diversidade tem funcionado e o que tem sido um  
560 problema para nós, que espero, seja sanado em um futuro próximo, do qual,  
561 inclusive, discutimos nesse fim de semana. O USP Diversidade tinha como  
562 responsável o Professor Ferdinando, da ECA, que basicamente não participava

563 ativamente desse espaço, não conseguia gerir esse núcleo e ficávamos  
564 totalmente na mão nesse sentido, sendo que é uma das poucas iniciativas da  
565 Universidade dentro dessa discussão dos direitos, dentro da discussão da  
566 diversidade interna, tanto na questão da diversidade racial na Universidade, a  
567 discussão dos casos de homofobia, de transfobia e tudo mais, que sabemos  
568 que são muitos e são bastante importantes nessa Universidade. Nesse  
569 encontro que acabamos de realizar na Faculdade de Educação foi aprovada  
570 uma carta com vários itens, que serão reivindicações que serão apresentadas,  
571 e visualizamos que muitas delas não aconteceram e são coisas extremamente  
572 fáceis de terem acontecido, inclusive dentro do funcionamento da  
573 Universidade, que poderiam ter acontecido se esse núcleo tivesse a relevância  
574 e a importância que deveria ter, dentro dessa gestão. E isso é uma coisa  
575 extremamente importante. Temos hoje uma situação que foi bastante discutida  
576 no encontro, que é a situação das pessoas travestis e transexuais dentro da  
577 Universidade, que são poucas, pois sabemos que o vestibular funciona como  
578 um filtro de acesso a essa Universidade e 90% das pessoas trans no Brasil  
579 estão na prostituição e não acessando o ensino, e as poucas pessoas que  
580 conseguem entrar nessa Universidade tem vários constrangimentos, no sentido  
581 do reconhecimento do seu nome social. Isso é uma coisa que já foi  
582 regulamentada pela Secretaria de Educação do Estado e a USP lida com isso  
583 de um jeito extremamente desrespeitoso com a dignidade de todas essas  
584 pessoas. Então, acho muito importante que as pessoas que se propuserem a  
585 fazer parte do Conselho desse núcleo, prestem atenção na necessidade de  
586 tomar esse espaço não como um espaço de titulação de representatividade, de  
587 estar lá apenas para gerir isso ou estar participando desse Conselho, mas sim  
588 para ver a importância real que esse núcleo tem para as pessoas LGBTQs, para  
589 as pessoas negras e para as mulheres dessa Universidade, pois sabemos - e  
590 os estudantes sabem claramente - o quanto é difícil para todas essas pessoas  
591 sobreviverem e permanecerem dentro dessa Universidade, que ainda é  
592 extremamente elitista, que exclui todas as pessoas das mais variadas formas.  
593 Dei um exemplo em relação às pessoas trans, porque é uma questão  
594 extremamente pontual e muito grave, mas todas essas outras questões se  
595 reproduzem no dia-a-dia dentro da Universidade. É importante pontuar,

696 também, que muitos dos professores da USP, muitos presentes nesse Co,  
697 inclusive, são pessoas que reproduzem a homofobia, a transfobia e várias  
698 outras questões que são muito problemáticas para a vivência dos estudantes  
699 aqui. E isso é uma questão que o USP Diversidade precisa tratar. Isso é  
700 extremamente problemático, extremamente bizarro e desrespeitoso com a  
701 dignidade das pessoas - que os nossos dirigentes e professores reproduzam  
702 essas opressões na nossa vivência dentro de sala de aula, dentro da nossa  
703 participação em pesquisa, em extensão e tudo mais. E é para isso que o USP  
704 Diversidade serve, não para gerir programas. E justamente porque serve só  
705 para isso, não podemos colocar um responsável que não dá as caras ou que  
706 não participa e que não consegue tocar os programas em frente. Então, penso  
707 ser muito importante pontuar isso, principalmente, em vista do primeiro  
708 Encontro LGBT da USP, que retomou, nesse final de semana, a história do  
709 Movimento LGBT que a USP protagonizou e que foi ponta de lança para o  
710 movimento LGBT nacional em vários momentos da nossa história, desde os  
711 anos 1970 até recentemente, que hoje retomamos com o fortalecimento da  
712 Frente LGBT da USP, da qual faço parte e da qual vamos continuar exigindo  
713 dessa Reitoria e dessa gestão do USP Diversidade que implemente seus  
714 programas." **M. Reitor:** "Em primeiro lugar, o espaço foi aberto para fazer  
715 indicações de nomes para compor um Conselho. Não estava aberta, ainda, a  
716 palavra aos Conselheiros para manifestação sobre qualquer tópico, inclusive  
717 este. Este é o momento de todos nos respeitarmos e respeitarmos o  
718 Regimento. Segundo lugar, discordo da afirmação de que a USP desrespeita  
719 esse assunto. A USP, como Universidade, respeita esse assunto, criou um  
720 núcleo para tratar da questão e essas questões devem ser tratadas, não de  
721 forma genérica - 'a USP desrespeita' -, mas de forma concreta, a começar  
722 dentro da Comissão. Muito obrigado." Ato seguinte, o M. Reitor passa à  
723 votação. Votação. Apuradas as cédulas, constatou-se o seguinte resultado:  
724 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Maria Castelar = 80 (oitenta) votos, total de votantes = 98  
725 (noventa e oito). O tópico seguinte trata da eleição de um membro docente do  
726 Conselho Universitário, para compor a Comissão de Legislação e Recursos,  
727 tendo em vista a renúncia do Professor Régis Fernando de Oliveira, que está  
728 solicitando a sua aposentadoria." **Cons. Umberto Celli Junior:** "Quero, antes

629 de tudo, ressaltar a importância do trabalho que teve o Professor Régis nessa  
630 Comissão e propor a indicação do nome do Professor José Rogério Cruz e  
631 Tucci, que é atualmente o Diretor da Faculdade de Direito do Largo São  
632 Francisco. O Professor Tucci é um grande jurista, um renomado advogado e  
633 que em pouco tempo de gestão na Faculdade de Direito já demonstrou o seu  
634 comprometimento com a Universidade de São Paulo. Portanto, para essa  
635 Comissão, que requer também a presença de profundos conhecedores do  
636 Direito, recomendo a indicação do nome do Professor Tucci.” **M. Reitor:**  
637 “Temos a indicação do Professor José Rogério Cruz e Tucci. Há outras  
638 indicações?” Não havendo mais indicações, o **M. Reitor** passa à votação.  
639 Votação. Apuradas as cédulas, constata-se o seguinte resultado: Prof. Dr. José  
640 Rogério Cruz e Tucci = 79 (setenta e nove) votos; Total de votantes = 95  
641 (noventa e cinco). A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra aos Senhores  
642 Conselheiros. **Cons.<sup>a</sup> Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Vou dar três informes.  
643 O primeiro, no dia 27 de maio, na Assembleia Legislativa, haverá uma  
644 audiência pública, chamada pela Comissão de Orçamento e Finanças. Gostaria  
645 de fazer o convite a todos os Conselheiros e Conselheiras e reafirmar o convite  
646 ao Professor Zago. Nós, trabalhadores, servidores técnicos e administrativos,  
647 professores e estudantes, lá estaremos mais uma vez para discutir as  
648 Universidades Estaduais Paulistas e gostaria de chamar a atenção de todos e  
649 todas que não dá mais para sustentar, diante da população que mantém esta  
650 Universidade, audiências públicas na Assembleia Legislativa onde não aparece  
651 ninguém representando a Universidade para defende-la. No dia 5 de maio,  
652 ocorreu uma audiência pública onde estava presente o Presidente do Tribunal  
653 de Contas, falando sobre as universidades e quem compareceu para defender  
654 as universidades, defender a questão de salários, a questão da Lei de  
655 Responsabilidade Fiscal, a autonomia, a isonomia entre USP, UNESP e  
656 UNICAMP e outras coisas mais, foi o Professor Chico Miraglia. De forma que  
657 gostaria de chamar a atenção dos senhores e senhoras. Na primeira sessão do  
658 Co, a Professora Sueli disse que tínhamos que ir para a LDO, então, temos  
659 esse ano que buscar os 11,6% da arrecadação do ICMS para USP, UNESP,  
660 UNICAMP e o Centro Paula Souza, mas também os senhores, cada um, é  
661 responsável por responder à população a questão da Universidade. Reitero o

662 convite a todos e a todas, dia 27, na Assembleia Legislativa. Segundo  
663 comunicado, gostaria de transmitir a revolta e a indignação de todos os  
664 servidores técnicos e administrativos da Universidade de São Paulo. Circula  
665 pela mídia que os causadores dessa crise financeira da Universidade de São  
666 Paulo somos nós. Somos nós porque, nos últimos três anos, recebemos 75%  
667 de aumento, sendo que a nossa carreira contemplou um pouco mais do que  
668 50% dos funcionários da Universidade de São Paulo. Eu e todos os meus  
669 companheiros da Universidade estamos procurando nos nossos holerites onde  
670 estão os 75%. A revolta é ainda maior quando vocês depositam a culpa da  
671 crise nas nossas costas e querem que paguemos a crise, paguemos as contas.  
672 Enquanto vocês estavam se reunindo com o Professor Rodas em hotéis 5  
673 estrelas para depois virem no Conselho Universitário 'passar o rodão', vocês  
674 não nos consultaram e não sentiram falta dos servidores técnicos nessas  
675 discussões. Portanto, vamos à luta. Já são mais de 50 unidades que tiraram  
676 paralização, amanhã estaremos paralisando, acompanhando a negociação do  
677 CRUESP. Fizemos a proposta de pautar, nesse Conselho, a questão do  
678 reajuste salarial, porque estamos começando um processo de discussão sobre  
679 a democratização e acho que não pode o Reitor e outras poucas pessoas  
680 discutirem questões que envolvem a comunidade como um todo. Então, os  
681 funcionários estão muito revoltados, principalmente com essa questão da crise  
682 ter sido provocada por nós. Agora, a resposta vamos dar, não pagaremos esta  
683 conta. E vocês também, pois o salário é de todos nós. E, saindo da discussão  
684 dos altos salários, pois não vamos aprofundar essa discussão, mas existem  
685 sim os altos salários, tanto de um lado como de outro, mas são menos 7% no  
686 salário, porque o Professor Zago não está dando 0%, ele está tirando 7% do  
687 nosso salário, que é a inflação, porque a inflação corrói o salário do  
688 trabalhador. A terceira questão é que gostaria de saber se os Senhores  
689 aceitaram colocar na pauta a questão do reajuste salarial ou não. E  
690 gostaríamos, Professor Zago, que o senhor e o Professor Rudinei - e quem  
691 mais de direito - publicassem no Jornal da USP todas as ocorrências sobre a  
692 nossa carreira. Quantos funcionários foram contemplados do grupo básico,  
693 técnico, superior, o impacto na folha de pagamento do básico, do técnico e do  
694 superior e onde estão esses funcionários, porque isso nos interessa. Para que

695 possamos saber se tivemos um aumento de 75% ou se alguém está  
696 manipulando e ... (três pontinhos). Então, se o senhor puder publicar isso, ou  
697 seja, abrir a caixa preta dos recursos humanos da Universidade.” **M. Reitor:**  
698 “Não vou responder a cada um que falar, mas quero apenas esclarecer este  
699 ponto. Hoje, passamos a manhã toda recuperando dados que não são fáceis e  
700 não são tão disponíveis, sobre como chegamos a esta situação. Estamos  
701 levantando a história, através dos documentos escritos e arquivados na  
702 Universidade. Porque o restante é folclore, é história, é alguém que ouviu  
703 contar que alguém falou. Mas, a senhora não tenha dúvida que daremos  
704 conhecimento de todo o processo relacionado com a questão dos recursos  
705 humanos. Cabe-me dizer que sempre tive enorme respeito pelos servidores da  
706 Universidade. Já falei isso uma vez, volto a reforçar. Tenho minha carreira,  
707 como pesquisador, ligada ao bom desempenho de servidores que trabalharam  
708 muito honestamente durante todo o tempo da minha carreira universitária,  
709 portanto, tenho enorme respeito por eles. Jamais disse e jamais direi que a  
710 causa dos nossos dissabores são os servidores. O que disse e volto a afirmar,  
711 a causa dos nossos dissabores de hoje é um comprometimento exagerado  
712 com o pagamento de recursos humanos. Isso não é um julgamento, isso é a  
713 constatação de um fato. Como chegamos a isso, estamos levantando, e assim  
714 que tivermos os dados concretos, vamos divulgar. Quanto ao restante, gostaria  
715 de pedir a todos que procurassem respeitar os cinco minutos. Não queremos  
716 cortar a palavra de ninguém, mas peço que todos que falarem, procurem  
717 respeitar a todos que estão aqui e, dentro do possível, mantenham-se dentro  
718 dos cinco minutos.” **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Minha fala não poderia ser  
719 outra. Represento aqui uma categoria desta Universidade, são os servidores  
720 técnicos e administrativos da nossa Universidade. Assim como não posso  
721 deixar de observar que os colegas, que são parte da categoria dos senhores,  
722 que são os docentes dessa Universidade, assim como fizemos a nossa  
723 Assembleia, que trouxe o sentimento da indignação dos seus seguidores com  
724 relação à proposta, que não é proposta, pois 0% não é reajuste, é a  
725 inexistência do reajuste, à proposta da inexistência de um reajuste que,  
726 minimamente, possa recuperar o que sofremos de perdas nos anos passados,  
727 a indignação foi absolutamente premente. E podemos dizer que se na nossa

728 Assembleia, o voto unânime à paralisação de amanhã aconteceu, também  
729 posso afiançar e trazer que, também, na assembleia chamada pela Associação  
730 dos Docentes da USP - a ADUSP - a seus associados - os docentes - também  
731 existe uma clara insatisfação dessa categoria com relação ao 0% enquanto  
732 proposta de reajuste para esse ano. Então, o que peço ao CRUESP, o que  
733 peço na presença do nosso Reitor, é a demonstração de uma sensibilidade  
734 premente, que não podemos e não vamos pagar a crise dessa Universidade,  
735 assim como não achamos justo que, amanhã, na mesa de negociação, o 0%  
736 continue na pauta. Chamamos à reflexão, dizendo que toda comunidade está  
737 absolutamente insatisfeita, aonde cruzamos, aonde olhamos, onde estamos  
738 conversando entre docentes, inclusive estudantes, não queremos, de forma  
739 alguma, aceitar o que está posto na negociação do CRUESP com o Fórum das  
740 Seis na reunião passada. Esperamos essa sensibilidade. E renovo sim o  
741 convite que a companheira Neli fez para o dia 27. Não vejo outro caminho, se  
742 não a Universidade repensar os 9,57% de destinação das verbas de ICMS às  
743 universidades. O que pedimos é que se mantenham as condições que as  
744 universidades públicas paulistas necessitam manter, inclusive, pelo patrimônio  
745 que elas constituem ao Estado de São Paulo, há a necessidade sim que a  
746 proposta de 11% seja vitoriosa no Legislativo. E é claro que o que a Neli  
747 colocou com relação às reuniões anteriores, coloco que o ponto de  
748 recuperação dessas discussões é que vamos todos estar juntos defendendo a  
749 Universidade Pública de São Paulo, as Universidades Públicas Paulistas, no  
750 dia 27 de maio, na Assembleia Legislativa. E mais ainda, peço novamente, que  
751 os Reitores, o CRUESP amanhã, repense o índice, porque a Universidade  
752 demonstrou - e está demonstrando - que não vamos e não queremos pagar  
753 essa crise. Não aceitamos o 0% de reajuste em nossos salários. Professores,  
754 estudantes e funcionários estarão amanhã, creio eu, em um movimento jamais  
755 visto nessa Universidade.” **Cons. Raul Santiago Rosa:** “Quero pedir a atenção  
756 dos Senhores Conselheiros para informar algumas das nossas discussões, que  
757 nossos centros acadêmicos e estudantes estão fazendo acerca das questões  
758 que estão sendo colocadas em relação ao orçamento, que foram reavivadas  
759 por conta das discussões que estão sendo colocadas aqui pelos funcionários,  
760 em relação ao reajuste. Na verdade, está sendo justificado esse não reajuste



761 dos funcionários com base em uma prestação de contas que, devemos dizer, é  
762 no mínimo, opaca, e que na verdade queremos saber muito mais informações  
763 em relação a isso, porque não vou encarar essa decisão do CRUESP de uma  
764 maneira principista aqui, mas devo dizer que é uma questão de autoridade que  
765 está envolvida. Como dizia meu pai: 'as palavras convencem, mas o exemplo  
766 arrasta', por isso é muito importante, muitas vezes, estabelecermos algumas  
767 dessas coisas. Foram denunciadas, no Tribunal de Contas do Estado, algumas  
768 irregularidades na prestação de contas da USP. Algumas dessas coisas eram  
769 salários irregulares, que foram chamados na mídia de 'super salários' e se  
770 formos ver, não é exatamente o exemplo que estamos dando quando não  
771 colocamos o reajuste dos funcionários. Só para os senhores terem uma  
772 dimensão do que é isso, nos reunimos com algumas pessoas da Matemática e  
773 da Engenharia e fizemos umas contas em relação a isso. Não sei de outros  
774 institutos, mas pelo menos na minha faculdade, a Farmácia e outros institutos  
775 que utilizam laboratórios, estão reclamando da alteração de verbas para  
776 laboratório que houve, na qual muitos pesquisadores - e pesquisas - estão  
777 sendo prejudicados, inclusive. Se fôssemos tirar a diferença de todos os super  
778 salários que tem na Universidade de São Paulo atualmente, anualmente, seria  
779 exatamente igual à verba que foi cortada de laboratórios. Então, estou  
780 querendo colocar para os senhores que é uma questão urgente, a qual  
781 devemos começar a debater aqui, em relação às irregularidades na conta da  
782 USP. Em relação a isso, os centros acadêmicos da USP, pela primeira vez na  
783 história da Universidade, deliberaram uma carta de reivindicações em  
784 unidades, a qual foi assinada por todos os centros acadêmicos. É uma carta  
785 muito grande, que foi elaborada para exigir uma reunião com a Reitoria na  
786 semana passada, que, infelizmente, não aconteceu. A carta é muito extensa e  
787 pode ser vista no *site* do DCE, mas quero colocar as questões relativas ao  
788 financeiro, que estabelecemos como importantes de serem levadas para frente.  
789 Transparência na gestão financeira, abertura do livro de contas da  
790 Universidade e dos livros caixa das fundações também, pois precisamos  
791 entender essa questão das fundações aliadas a isso. Auditoria da conta das  
792 últimas administrações, o fim dos super salários denunciados pelo Tribunal de  
793 Contas do Estado como inconstitucionais, com a devolução do pagamento

794 ilegal, que também é algo que precisamos discutir. Investimento público em  
795 educação, que a Reitoria exige do Governo que este repasse da quantia esteja  
796 correto, determinada por lei para a Universidade, pois sabemos que houve  
797 promessas do Governo no aumento da verba da USP quando aconteceu a  
798 incorporação do *campus* de Lorena, mas não sabemos se aconteceu, de fato.  
799 Que a Reitoria pressione o Governo para que este invista em educação e  
800 aumente o repasse do ICMS para 11,6%, conforme a reivindicação do Fórum  
801 das Seis. Abertura da discussão do ICMS, enquanto forma de financiamento da  
802 Universidade e levantamento da importância da discussão sobre o piso mínimo  
803 de investimento para as universidades, pois tem a questão do ICMS ser um  
804 imposto regressivo, o pessoal da FEA pode falar melhor sobre isso. Quanto a  
805 cortes, nenhum arrocho salarial, nenhuma demissão de funcionários  
806 terceirizados também, porque já vimos que nas próprias reuniões de Conselhos  
807 Técnicos Administrativos estão tendo que cortar verbas de limpeza de muitos  
808 lugares, como por exemplo, quanto à contaminação de amostras em  
809 laboratórios, a limpeza é muito importante. Então, não vamos deixar essa  
810 discussão do orçamento morrer e, principalmente, em relação a essa questão  
811 do reajuste, que não houve, vamos pensar o que seria isso mediante aos  
812 outros salários magníficos que temos aqui. Vamos pensar se isso é coerente  
813 até com a nossa própria Universidade, socialmente referenciada.” **Cons. Luiz**  
814 **Silveira Menna Barreto**: Sinto-me compelido, na qualidade de representante  
815 da Congregação da Escola de Artes Ciências Humanidades, a trazer ao  
816 conhecimento deste Conselho o teor das últimas deliberações da nossa  
817 Congregação, nas datas de 28 de abril e 14 de maio. Naquela carta, aprovada  
818 por unanimidade pela congregação e endereçada ao Magnífico Reitor,  
819 reivindicávamos uma ação concreta da Reitoria no sentido de envidar esforços  
820 para que a interdição, ainda vigente, de nosso *campus* fosse, finalmente,  
821 suspensa, e que atitudes concretas no sentido de atacar o problema, tanto da  
822 contaminação de gases quanto da terra ilegalmente depositada naquela  
823 Unidade, fossem encaminhadas de um modo a satisfazer as exigências da  
824 justiça. Também, pedimos mais transparência naquilo que circula, que é a  
825 informação que há um Termo de Ajustamento de Conduta que está sendo  
826 elaborado entre a Reitoria e o Ministério Público, com aval, anuência ou ciência

827 da CETESB. A comunidade gostaria muito de ter acesso aos termos desse  
828 Termo de Ajustamento de Conduta, uma vez que, desde 2005, a Universidade  
829 de São Paulo vem sendo pressionada pela CETESB - isso em um processo de  
830 sete volumes - para que certas exigências sejam atendidas, com a finalidade  
831 de que o *campus* venha a funcionar adequadamente. A Reitoria prometeu  
832 muitas coisas e pelo não cumprimento dessas, foi interditada por ação do  
833 Ministério Público. E, ao contrário do que pressupõe o Prof. Nakao, não é uma  
834 manobra de petistas; a não ser que a justiça esteja toda invadida por petismo e  
835 outras correntes políticas mais à esquerda. Essa declaração do Prof. Nakao,  
836 como é notória e pública, gerou um descontentamento tamanho na  
837 comunidade que a Congregação aprovou, também por unanimidade, a  
838 solicitação para que o Magnífico Reitor afaste esse Professor das funções de  
839 intermediário com a comunidade nas negociações do processo de  
840 desinterdição do *campus*. Isto é bastante grave e emerge de uma preocupação  
841 muito presente em nossa comunidade, que é a transparência das ações  
842 envolvendo essa negociação. Isso precisa aparecer de forma muito clara, como  
843 por exemplo, agora, também, é motivo de manifestação porque nosso  
844 semestre termina no final de julho e, ainda, estamos dispersos em quatorze  
845 lugares diferentes, dando aula em condições absolutamente precárias,  
846 improvisadas e não sabemos se daremos - e quando daremos - aulas no  
847 segundo semestre. É muito importante que fique bastante claro para a nossa  
848 comunidade o que temos chamado de necessidade de um 'plano C'. A situação  
849 chegou a tal ponto de a Comissão de Graduação da nossa Unidade ter se  
850 recusado a fechar qualquer programação e calendário letivo para o segundo  
851 semestre, enquanto essa questão não for respondida satisfatoriamente. O  
852 contrato com a UNICID, uma universidade particular, onde, pessoalmente,  
853 venho dando aula desde de março, termina agora em agosto. Não temos mais  
854 este contrato e pergunto aonde daremos aulas agora. Essa incerteza  
855 compromete muito os cursos de graduação, sem falar nos prejuízos, muito  
856 mais grave e prolongado, para as atividades de pesquisas e extensão, pois os  
857 grupos de pesquisas não têm condições de conduzir seus trabalhos. É uma  
858 situação que tem nos levado a um estado de ansiedade muito grande e uma  
859 profunda insatisfação com aquilo que percebemos, muitas vezes – e as

860 palavras do professor Nakao, de novo, foram exemplares nesse sentido -, um  
861 desprezo por essa nova Unidade, criada por este Conselho e que carece de  
862 um apoio mais decisivo por parte da Reitoria, como, aliás, é compromisso do  
863 Professor Zago, o qual já colocou a crise ambiental na EACH como prioridade  
864 zero das suas ações, enquanto Reitor. Agradeço a atenção dos Conselheiros e  
865 coloco-me à disposição para dar esclarecimentos ou demonstrações de coisas  
866 que estou afirmando.” **M. Reitor:** “O Cons. Menna Barreto aponta questões que  
867 são extremamente importantes e graves, as quais toda a gestão da  
868 Universidade de São Paulo, desde do dia 25 de janeiro, quando assumimos - e,  
869 de fato, desde algumas semanas antes de assumir - temos dedicado esforços  
870 intensos para recompor o funcionamento daquela Unidade. Quando  
871 assumimos, encontramos a Unidade interdita por uma decisão judicial que  
872 atendia a um pedido do Ministério Público. O passado relacionado com o  
873 *campus* da USP Leste não será objeto de discussão nesse momento, mas  
874 poderá ser futuramente. Neste momento, o que me cabe, como gestor principal  
875 da Universidade, é resolver a questão. O Cons. Menna Barreto faz menção aos  
876 prejuízos, angústias e ansiedades e ele está perfeitamente correto, pois isto  
877 causa prejuízos aos docentes e aos alunos daquela Unidade e causam  
878 angustias e ansiedades a todos, não só de lá, não só da gestão, mas da  
879 Universidade toda, porque contrariamente ao que ele diz, aquela Unidade não  
880 está sendo tratada com desprezo. A EACH está sendo tratada com a máxima  
881 atenção por todos nós, porque ela representa um grande patrimônio da  
882 Universidade de São Paulo. A questão será resolvida, mas não dependerá,  
883 excessivamente, da vontade do Reitor e das ações a serem tomadas pela  
884 reitoria. Esta tomou todas as iniciativas que o Ministério Público pediu ou  
885 sugeriu, não deixamos ações a descoberta. O Ministério Público elaborou uma  
886 minuta de um Termo de Ajustamento de Conduta e encaminhou à CETESB  
887 para que ela identificasse se são ações suficientes e adequadas. O Ministério  
888 Público recebeu de volta essa minuta e as informações que temos agora dão  
889 conta que, aparentemente, o Termo de Ajustamento de Conduta é adequado.  
890 O Senhor disse que gostaria de ter acesso aos termos, mas nós também  
891 gostaríamos. De forma que estamos encaminhando o que disse no início, ou  
892 seja, favoravelmente, dentro das limitações que a Reitoria tem. É o máximo

893 que conseguirmos fazer e tenho certeza que terminaremos bem - não posso  
894 dizer se amanhã, na próxima semana, dentro de dez dias ou se dentro de um  
895 mês. Isso é o que posso dizer neste momento e não discordamos, na essência,  
896 na maneira de encarar as coisas. Os prejuízos, as angústias e ansiedade  
897 somente serão reduzidas quando pudermos voltar para a EACH e a ocuparmos  
898 adequadamente, o que não significa que encerra a nossa questão, pelo  
899 contrário, significa que será o ponto de partida para trabalharmos juntos, nos  
900 próximos anos, com relação à USP-Leste.” **Cons. Jefferson Antonio Galves:**  
901 “Tenho a obrigação, como representante da minha Congregação, pois fui eleito  
902 em uma eleição com muita discussão que teve a participação de dois  
903 candidatos e a discussão teve a ver com uma questão central, que foi nossa  
904 complexidade, enquanto Congregação, em relação à questão calamitosa em  
905 que nos encontramos. E essa questão calamitosa, pelo que ouvi dos  
906 representantes dos funcionários e discentes que falaram até o momento, não  
907 está sendo tocada realmente. Gastamos muito e, talvez, gastamos mal, mas  
908 gastamos muito, com certeza. A questão é como é possível que todos os  
909 órgãos colegiados da Universidade, não estavam aqui, pois estava na  
910 Congregação não tinham a menor ideia dessa situação catastrófica, permitiram  
911 chegar a essa situação. Comecei a desconfiar disso em setembro, quando o  
912 Reitor sumiu, não respondia mais a mim, que sou coordenador do CEPID. Em  
913 agosto, mandei uma carta para o meu Reitor, dizendo ‘tenho o prazer de  
914 comunicar que o CEPID começou a funcionar e peço-lhe que me diga como  
915 fazer para que o compromisso da USP com a contrapartida seja respondido,  
916 preciso disso para administrar recursos que estou trazendo para a  
917 Universidade’. Nunca tive resposta, nunca consegui marcar um encontro, nem  
918 com ele, nem com o Vice-reitor encarregado das ações executivas. Foi a partir  
919 desse momento que comecei a achar muito estranho isso, mas até então não  
920 tinha noção e nem meu diretor, na época, nem meu representante na  
921 Congregação disse nas reuniões da Congregação que algo estranho estava  
922 acontecendo. Como é possível, além do gasto excessivo e, talvez, incorreto,  
923 que todo esse órgão colegiado - Co - e também as Congregações nunca  
924 percebessem nada ano após ano, quando agora, *a posteriori*, é claríssimo que  
925 algo estranho acontecia: nosso déficit aumentava ano após ano. Como

926 fracassou tão miseravelmente toda essa estrutura de reflexão. Colegas, acho  
927 que o problema não é só que gastamos demais, o problema é como nós todos  
928 deixamos que isso acontecesse. Estou me incluindo, pois estava na  
929 congregação do IME e se me perguntassem, eu diria 'estamos em uma  
930 situação de prosperidade'. Lembro-me que comecei a ter um sinal vermelho  
931 acendendo quando conversei com o Prof. Zago, talvez em agosto, quando  
932 ganhamos o CEPID e ele me disse que nunca viu uma administração  
933 universitária, nem na USP e nem em lugar nenhum no mundo, que desse apoio  
934 à pesquisa como essa gestão deu. O que fez, por exemplo, que a USP  
935 ganhasse 12 dos 17 CEPIDs. Isso é um exemplo da importância da USP,  
936 cientificamente. E os recursos que são trazidos para a USP não são  
937 desprezíveis e não é dinheiro que está se gastando, mas dinheiro que se está  
938 recebendo. E ele me contou que gastamos R\$ 220 milhões para apoiar  
939 pesquisas em quatro anos, se não me sai da memória. Em uma só penada o  
940 abono de janeiro/dezembro de 2012 foi R\$ 120 milhões. Havia alguma coisa  
941 estranha, estávamos gastando mal, mas todos deixamos acontecer. Acho que  
942 o problema, além de saber como foi possível errar tanto as contas, é como  
943 esse colegiado e todos os demais deixaram isso acontecer, ninguém viu nada.  
944 Fracassou miseravelmente toda a visão de democracia uspiana, então agora é  
945 muito fácil pedir 11% - e por que não 12% -, mas se tem um furo no fundo do  
946 balde, vai continuar vazando. Fomos incapazes, enquanto órgãos colegiados,  
947 de enfrentar uma questão de gestão que não é só o quanto gastar, é como  
948 gastar também. Tenho um grande apreço pelo Prof. Zago, apoiei sua  
949 candidatura e fiz campanha por ele. Isso dito, com toda transparência possível  
950 que o Professor Zago colocou agora, não vi, nem nas manifestações do  
951 Professor e nem aqui, nenhuma reflexão de como foi possível chegar a essa  
952 situação de falência de gestão, de falta de governo coletiva. É muito fácil dizer  
953 que foi culpa do último Reitor, ele não está mais aqui, mas não foi o último  
954 Reitor, foi culpa nossa, de todos que erramos, miseravelmente. Sinto muito,  
955 porque preferia dizer que o IME é um órgão de excelência e temos um dos  
956 programas 7 há cinco triênios, era muito mais bonito, mas minha missão é essa  
957 desagradável. Não estou aqui como pesquisador pessoal, estou como  
958 representante da Congregação e esse é meu recado." **Cons. Augusto**

959 **Malaman:** “Começo minha fala dizendo que é extremamente bizarro que a minha  
960 fala sobre um assunto que está em pauta, apesar de ser uma eleição, seja  
961 desqualificada somente por ser fora do ponto regimental. Estava falando,  
962 justamente, de uma indicação para este Conselho, sobre a eleição que estava  
963 acontecendo e o que ela significava para nossa vivência concreta e real na  
964 Universidade. Quero começar falando isso, porque já é conhecido do  
965 Movimento Estudantil e das pessoas de fora desse Conselho, que é fechado e  
966 não é democrático, o quanto a condução desse espaço pelo Reitor - que  
967 preside a mesa - tem sido problemático para nós. Um exemplo pontual disso é  
968 que fomos impedidos de tirar nossos representantes para a CAECO nos fórum  
969 de nossos movimentos e por nossas representações diretas, porque foi  
970 colocado como impossível de ser feito, não foi sequer encaminhado, apesar do  
971 pedido do representante discente, naquele momento. Fora isso, queria dizer  
972 que é obvio que a Universidade de São Paulo, de forma geral, deixa a pauta  
973 LGBT em segundo plano, porque eu acredito e defendo que a Universidade de  
974 São Paulo não se resume em institucionalidade. A Universidade de São Paulo  
975 também são os estudantes e as pessoas que estão organizadas aqui. Acho  
976 que a USP não secundariza isso quando nós, estudantes, nos auto  
977 organizamos enquanto frente LGBT da USP e pautamos isto. É isso que está  
978 colocado agora, a institucionalidade dessa Universidade secundariza isso e  
979 coloca uma situação para todas as LGBTs dessa Universidade, que é  
980 extremamente problemática. Gostaria que se a posição do Reitor é que isso  
981 não acontece, gostaria de avisar a ele que nós vamos protocolar, enquanto  
982 frente LGBT da USP, a solicitação de uma reunião com o Reitor para que ele  
983 perceba a lista imensa de reivindicação que formulamos neste primeiro  
984 encontro LGBT da USP. Gostaria que ele se virasse para todos os estudantes  
985 LGBTs organizados nessa Universidade e dissesse que a USP não nos  
986 desrespeita quando ela coloca um professor que abandona o USP Diversidade;  
987 quando faz, nesse momento de eleição, as próprias falas em defesa dos  
988 indicados, a partir da necessidade de ter pessoas que levem novos programas  
989 para o USP Diversidade e não efetive a sua necessidade de existência; quando  
990 a minha fala é acusada de genérica e quando os estudantes sofrem, nas  
991 atividades fins da Universidade, com a homo, lesb, bi e transfobia dentro desse

992 espaço. O diretor da minha Unidade, Prof. Pedro Dallari, é um professor que  
993 reproduz machismo dentro das reuniões que nós, estudantes, fazemos com  
994 ele. As meninas que participam das reuniões com ele são, claramente,  
995 ignoradas. Essa é uma coisa que todas elas podem vir falar para todos. Vamos  
996 reivindicar, pois ignorar que a USP não faz isso é bizarro. Quem colocou esse  
997 diretor ali não foi o vento e, justamente, não fomos nós, porque não elegemos  
998 nossos diretores. Não temos nenhuma voz na contratação dos nossos  
999 professores e nossas avaliações sobre os professores, dentro dos sistemas,  
1000 não são consideradas. Assim, acho que todas essas coisas devem ser levadas  
1001 em conta, além disso, queria colocar como a Universidade de São Paulo  
1002 desrespeita a garantia dos direitos das pessoas transexuais que conseguem  
1003 entrar nessa Universidade, assim como não tem nenhuma capacitação para os  
1004 funcionários poderem lidar com a adequação do nome social dessas pessoas  
1005 em todos os sistemas da Universidade. Gostaria que o Reitor, na nossa  
1006 reunião - e espero que ele nos receba – se vire para as pessoas Trans que  
1007 estavam no encontro LGBT da USP e diga para elas que elas não passam por  
1008 nenhum constrangimento por não terem seus nomes sociais respeitados e não  
1009 têm dificuldades para conseguir o seu registro mudado dentro dessa  
1010 Universidade. Gostaria que ele me falasse, também, sobre a inexistência de  
1011 qualquer campanha ampla da Universidade Institucionalmente pelo combate às  
1012 opressões. Uma Universidade onde amigos meus, do meu curso, foram  
1013 agredidos em espaços de vivência e que mantem como plano de segurança a  
1014 polícia militar, que é uma polícia que mata travestis e transexuais no Brasil  
1015 inteiro, nas pistas de prostituições. É uma polícia militar que nos transformou  
1016 em gueto, enquanto grupo LGBT, nas vivências, nas cidades e nos negou o  
1017 acesso à convivência por toda a cidade. Gostaria que ele falasse, também, na  
1018 inação total da Universidade com a permanência das pessoas LGBTs nesta  
1019 Universidade. Temos problemas concretos de pessoas que conseguem entrar  
1020 na Universidade e que saem porque não têm uma política de permanência  
1021 específica para essas pessoas. Então, a Universidade não nos desrespeita?  
1022 Conversaremos, também, sobre isso na reunião, se formos recebidos,  
1023 diferentemente como o que aconteceu com os estudantes que protocolaram  
1024 uma reunião, com todo o respaldo de todos os Centros Acadêmicos da



1025 Universidade e do DCE e não foram recebidos no dia 15. Se essa é a relação  
1026 que vai ter com a frente LGBT, gostaria de me questionar se existe um respeito  
1027 da Universidade com essa pauta, com nossa vivência concreta e com nossa  
1028 existência aqui, nas atividades fins e na permanência na Universidade.” **Cons.**  
1029 **Camilo Henrique Fernandes Martin**: “Venho falar especificamente sobre os  
1030 cortes, que é uma questão que afeta diretamente as condições de ensino e de  
1031 trabalho na Universidade e, portanto, as questões mais urgentes que nos leva,  
1032 inclusive, a fazer uma incursão sobre os motivos que levaram a essa situação.  
1033 Acho que o Conselheiro que me antecedeu já entrou no mérito e, também, o  
1034 Conselheiro representante discente, a Cons.<sup>a</sup> Neli e o Cons. Pariol.  
1035 Inevitavelmente, todos acordam que existia um problema de gestão, da última  
1036 gestão, da qual, inclusive, o Reitor fazia parte, mas foi, também, das outras  
1037 gestões, porque todas elas careciam de transparência, como ainda hoje  
1038 carece. Careciam da falta de participação dos professores e dos funcionários  
1039 nas decisões e prioridades que eram dadas para os gastos da Universidade.  
1040 Quero apresentar alguns números também, porque tem um segundo pé que foi  
1041 responsável por desenvolver essa crise. Se analisarmos à longo prazo, os  
1042 dados de expansão das três universidades, de 1995 a 2012, veremos que, na  
1043 USP, o número de estudantes matriculados subiu, nesse tempo, em 77% - pós-  
1044 graduados 77%; na UNICAMP 99,8% e pós-graduação 69%; na Unesp 81% e  
1045 da pós-graduação 147%. Tudo isso mantendo a mesma arrecadação dos 9,5%  
1046 do ICMS que nos é repassado como verba. Fazendo uma incursão para USP,  
1047 lembro que em 2005, quando foi fundada a EACH - na qual estudei e sou  
1048 formado, em 2006 – e quando foi anexado o *campus* de Lorena, inclusive o  
1049 Reitor, na reunião do CRUESP, disse que sabia disso e que tomaria  
1050 providências. Quero que o Conselho se manifeste, porque disseram também  
1051 que seria repassado uma verba extra, no valor de 0,05% do ICMS para Lorena  
1052 e 0,07% para a EACH. Isso nunca foi feito. E, talvez, não seja mero caso a  
1053 situação que a EACH está vivendo hoje. Desde 2007 - quando estive lá - até  
1054 2011, as promessas das sucessivas gestões eram as mesmas que são feitas  
1055 hoje. E a realidade é que temos um caos e, inclusive, não acredito, Prof.  
1056 Nakao, que seja uma fantasia de professores, estudantes e funcionários que ali  
1057 frequentam e do Ministério Público. Desta forma, queria um pronunciamento

1058 em relação a essas verbas que nunca foram repassadas. O Reitor disse, na  
1059 reunião do CRUESP, que tinha conhecimento da denúncia feita pela ADUSP,  
1060 na qual, nos últimos 5 anos, pelo menos, o Governo do Estado deixou de  
1061 repassar, sonegou R\$ 2 bilhões de recursos para a Universidade, na casa de  
1062 R\$ 540 milhões só no ano passado. Se olharmos a tabela que temos em mãos,  
1063 cobriria o déficit anual de R\$ 358 milhões que está colocado para esse ano.  
1064 Quero saber, também, qual vai ser a posição do Conselho e do Reitor diante  
1065 desse caso de sonegação. Por fim, o Reitor endereçou ao conjunto da  
1066 comunidade acadêmica uma carta solicitando compreensão e que estaria  
1067 aberto ao diálogo diante da situação difícil da Universidade. A realidade é que  
1068 entre estudantes, funcionários e professores, não existe uma disposição de  
1069 compreensão, porque a crise que está colocada não foi gestada por nós;  
1070 apesar de que no momento e desde o início do ano, quem está pagando pela  
1071 crise somos nós. Dessa forma, quero saber, infelizmente, porque que o Reitor  
1072 que se apresentou como o Reitor do dialogo, no último dia 15 não recebeu os  
1073 estudantes com uma carta em mãos assinada pelo DCE e mais de 33 centros  
1074 acadêmicos, que anunciaram previamente e solicitaram uma reunião para  
1075 apresentarem suas pautas, que abordavam questões de segurança, de  
1076 transparência, de permanência, que inclusive, na arguição na reunião com o  
1077 CRUESP e com o Fórum das Seis, foram tomadas pelo Reitor como questões  
1078 específicas e, portanto, deveriam ser tratadas entre a reitoria da Universidade e  
1079 os estudantes. No entanto, quatro dias depois da reunião do CRUESP não  
1080 pareceu ter a mesma disposição de nos receber. Gostaria de um  
1081 pronunciamento para que déssemos a resposta aos estudantes, o porquê não  
1082 fomos recebidos e se seremos recebidos para apresentar essa carta que  
1083 contem, de forma sintetizada, as nossas reivindicações.” **M. Reitor:** “Convém  
1084 lembrar que o Reitor não disse que tinha – e o senhor estava presente -  
1085 conhecimento de denúncias de sonegação por parte do Governo do Estado, de  
1086 verbas para a Universidade. O Reitor disse que tomara conhecimento de uma  
1087 interpretação da ADUSP de que há um erro no cálculo do ICMS transferidos  
1088 para as Universidades. O Reitor disse que trabalharia para esclarecer a  
1089 questão, inclusive, para solicitar uma mudança na maneira do cálculo. Primeiro,  
1090 o Reitor não disse que tinha conhecimento de sonegação por parte do Estado.

1091 Segundo, o Reitor não disse que sabia e tomaria providências com relação ao  
1092 suposto compromisso do Governo do Estado de São Paulo de transferência de  
1093 recursos relacionados com Lorena e EACH. O Reitor disse que tomaria  
1094 providências para esclarecer e identificar se, de fato, esses compromissos  
1095 existem. Há uma leve diferença na sua interpretação e na maneira como eu  
1096 disse. Com relação à reunião com alunos, continuarei fazendo reuniões como  
1097 tenho feito, seguindo uma agenda que é própria do Reitor. O Reitor não atende  
1098 a demandas para reuniões imediatas, a não ser que haja uma suficiente  
1099 urgência no assunto a ser tratado.” **Cons. Carlos Eduardo Batista de Souto**  
1100 **Alves**: “Desde o último Conselho até este, naquele tivemos um pouco mais de  
1101 informações sobre a tal crise orçamentária e, neste, já sentimos na pele as  
1102 consequências dessa crise. Incomoda-me um pouco como o foco está sendo  
1103 colocado, em cima do desarranjo entre as verbas destinadas à USP e as  
1104 verbas gastas com salários, como estava presente no pronunciamento da  
1105 COP, que analisou bem esta questão de que gastamos mais com salários do  
1106 que recebemos e apresentou um cenário catastrófico a ser enfrentado a partir  
1107 de agora, já que os gastos só aumentam e os repasses só diminuem; mas  
1108 pouco vem se falando da responsabilização. Acho que isso não deve ser  
1109 personalizado, pois isso foi feito e aceito pelos Conselhos, mas não vejo  
1110 nenhum movimento de apuração, talvez eles estejam acontecendo. Nada se  
1111 fala de que houve responsabilidade na gestão, nada se fala de que os gastos  
1112 foram desnecessários ou excessivos e gastamos mais do que recebemos e,  
1113 muitas vezes, propõem-se que temos que gastar menos e vem essa proposta  
1114 de não reajustes dos salários. Ficamos com um grande problema nas mãos e  
1115 paramos de falar, porque ele está em nossas mãos. Parece que vem uma crise  
1116 do nada e ninguém sabia e, de repente, temos que lidar com uma situação,  
1117 como se não tivesse algo por trás. Dito isso, gostaria de saber, porque parece  
1118 que existe um movimento de apuração fora da USP, mas dentro da USP  
1119 parece que há uma tentativa de não prejudicar as gestões anteriores que  
1120 usufruíram e gastaram muito dinheiro e deixaram todo mundo feliz. A USP  
1121 subiu no *ranking* e agora estamos discutindo se vai ter verba para ter aula ou  
1122 para ajustar o salário conforme a inflação. São coisas que não se pensava até  
1123 o momento, pensava-se que a USP estava melhorando e estávamos em um

1124 'mar de rosas'. Precisamos parar para pensar um pouco em como se chegou a  
1125 isso, mas de maneira oficial. Não é um exercício de consciência, mas um  
1126 exercício que tem que ser registrado na história da USP, que as gestões foram  
1127 devidamente responsabilizadas, assim como os Conselhos que autorizaram  
1128 esses desmandos. Enfim, gostaria de um esclarecimento se algo está sendo  
1129 feito neste sentido.” **Cons. Mariana de Moura Sousa:** “Primeiro, gostaria de  
1130 informar aos caros colegas Conselheiros que estou voltando do Congresso da  
1131 Associação Nacional de Pós-graduação e gostaria de, publicamente, agradecer  
1132 ao Prof. Poveda e à Reitoria pelo apoio nas eleições dos delegados. Foi uma  
1133 eleição muito interessante, pois foi a primeira vez que uma eleição de  
1134 delegados foi completamente virtual e tivemos o triplo de votantes. Foram  
1135 eleitos 131 delegados, a maior delegação do Congresso Nacional de Pós-  
1136 Graduação foi a da USP e a eleição foi feita por um sistema customizado pela  
1137 Universidade. Com relação à questão do orçamento, no Congresso foi proposto  
1138 pelos delegados da Universidade - e apoiado pelo Congresso - uma moção,  
1139 que já foi entregue ao Reitor pela nova diretoria da ANPG e entregue à  
1140 Assembleia Legislativa. Essa moção pede que seja avaliada uma  
1141 suplementação orçamentária, pela ALESP, para a Universidade de São Paulo,  
1142 no momento de crise e que seja feito um plano de aumento crescente dos  
1143 recursos da Universidade nos próximos anos. A moção foi escrita antes de nós  
1144 recebermos algumas denúncias e eu gostaria de tomar um pouco de tempo  
1145 para ler os números que me chocaram, particularmente. Na quarta-feira da  
1146 semana passada, precisamente no dia 14 de maio de 2014, foi publicado no  
1147 Jornal A Hora do Povo, denúncias de que o Governo do Estado deixou de  
1148 repassar à Universidade os recursos previstos na lei que determina que teria  
1149 que ser repassado 9,57% da arrecadação do ICMS para as Universidades e  
1150 para o Centro Paula Souza. Diferentemente do cálculo feito pela ADUSP, que  
1151 diz respeito às isenções fiscais, esse número fala especificamente da  
1152 arrecadação do ICMS. Em 2013, a arrecadação total do Estado de São Paulo  
1153 foi de R\$ 112.702.387.000. Aplicando o percentual de 9,57% nesse valor daria  
1154 um resultado de R\$ 10.932.131.539. Somando os repasses para as três  
1155 Universidades Estaduais, o ano passado foi repassado pelo Governo R\$  
1156 8.425.012.537. A diferença é de R\$ 2,5 bilhões. A USP recebeu, ano passado,

1157 R\$ 4.364.319.844. Aplicando o percentual de 5,02%, deveria ter sido  
1158 repassado à Universidade R\$ 5.668.366.554, ou seja, a USP perdeu, no ano  
1159 passado, R\$ 1.304.046.710. Esse é um cálculo diferente do que é feito pela  
1160 ADUSP, porque diz respeito à diferença entre o que é previsto de arrecadação  
1161 de ICMS no começo do ano e o que é efetivamente arrecadado no final do ano.  
1162 Isso significa que o déficit previsto no orçamento da Universidade, de R\$ 300  
1163 milhões, poderia ser coberto várias vezes se esse recurso fosse, efetivamente,  
1164 sido repassado para a Universidade. Não estou defendendo que não seja feita  
1165 uma revisão das contas, porque é importante sabermos para onde o dinheiro  
1166 está indo, não só na Universidade, mas também fora da Universidade. A  
1167 sociedade precisa saber onde esse dinheiro está sendo aplicado. Se existe  
1168 uma lei que determina que seja aplicado esse recurso na Universidade de São  
1169 Paulo, essa lei tem que ser cumprida. Acho que a Universidade tem que pedir  
1170 para que esses recursos sejam repassados. Proponho-me, não para hoje, mas  
1171 para a próxima reunião, que seja pensado que este Conselho, por favor,  
1172 requisiute ao Governador um estudo sobre esses valores e que esses valores  
1173 sejam efetivamente repassados para a Universidade.” **Cons. Carlos Alberto**  
1174 **Ferreira Martins**: Queria tocar, brevemente, alguns pontos levantados,  
1175 sobretudo, porque sabemos que no primeiro ano de gestão reitoral dos  
1176 mandatos de diretores e de representante de congregações, tem uma  
1177 renovação intensa. Aliás, peço desculpas aos Senhores Conselheiros que já  
1178 me ouviram dizer, em reuniões entre os diretores e a Reitoria, o pontos que me  
1179 parece fundamental retomar aqui. Previamente, gostaria de fazer uma reflexão  
1180 que me parece necessária sobre o tema dos supersálarios ou dos marajás da  
1181 Universidade. Como boa parte do que envolve os serviços públicos em nosso  
1182 país, esse tema é, usualmente, tratado com uma enorme hipocrisia. Tenho  
1183 idade para me lembrar da vassoura de Jânio Quadros e do que resultou isso  
1184 para o país. Tenho idade para me lembrar daquele extraordinário, jovial e  
1185 convincente caçador de marajás e do que isso representou nesse país. O  
1186 governador não recebe um salário de R\$ 19,5 mil, ele recebe um subsídio, o  
1187 governador não paga aluguel, faz supermercado ou paga gasolina com esse  
1188 salário. E desconfio, com todo respeito, que ele não pague os vestidos de Dona  
1189 Malu com esse salário. Recomendo, enfaticamente, a leitura do documento

1190 muito falado e preciso, divulgado no último boletim da ADUSP sobre esse  
1191 tema. É preciso enfrentar esse tema e sem hipocrisia, sem ilusão de bode  
1192 expiatório. O salário de nossos servidores não pode ser bode expiatório de  
1193 nossa crise, vamos dar o nome correto. A diferença entre o salário de um  
1194 Professor Titular com 35 anos de Universidade, quinquênio e sexta parte - é  
1195 fácil fazer essa conta - também não pode ser bode expiatório de nossa crise.  
1196 Aliás, acho que o fundamental é termos claro que não podemos escolher  
1197 qualquer bode expiatório, no sentido católico daquilo que se sacrifica para  
1198 aplacar a ira dos deuses. Não temos que aplacar a ira dos deuses. Não foram  
1199 os deuses que nos incluíram nessa crise. Temos que trabalhar de maneira  
1200 consistente. Primeiro, superar essa crise de imediato; segundo, para evitar que  
1201 algo parecido possa voltar no futuro. É evidente e não tenho simpatia pela  
1202 expressão ‘todos nós fomos responsáveis’, porque alguns de nós corremos os  
1203 riscos no ano passado. Acho que é fundamental, nos trinta segundos que me  
1204 resta, lembrar que temos, neste momento, um conjunto de ações realizadas  
1205 pela administração e que cabe a todos nós cobrarmos que seja mais  
1206 transparente, não apenas nas decisões, mas que os números sejam  
1207 compreensivos, pois não somos todos treinados na linguagem contábil.  
1208 Transparência supõe transferência de informações de maneira que sejam  
1209 compreendidos e trabalhados, e temos uma oportunidade extraordinária agora,  
1210 porque estamos exatamente no momento em que a Universidade está sendo  
1211 chamada a discutir os primeiros três itens de reformas do Estatuto. O terceiro  
1212 dele é gestão, transparência e responsabilidade fiscal. Temos a  
1213 responsabilidade e obrigação de construir os mecanismos e fixá-los  
1214 estatutariamente para garantir este passo e garantir para que o que estamos  
1215 enfrentando não volte novamente.” **Cons. Phillipe Gabriel Rodrigues**: “O  
1216 assunto do qual vou tratar, que inclusive já foi falado hoje, tem relação com  
1217 uma parte da Universidade que eu, particularmente, chamo de universidade  
1218 invisível, que são os terceirizados. Quantos de nós já tiramos um minuto para  
1219 conversamos com o pessoal da limpeza ou com o guarda do prédio? Queria  
1220 fazer uma nota que a SAPA - Secretária Acadêmica Pró-ambiental - que é a  
1221 entidade que representa os estudantes da Engenharia Ambiental na USP de  
1222 São Carlos. Nota sobre a condição de trabalho dos funcionários terceirizados:

1223 'Como todos sabem, os serviços de segurança e limpeza em nosso prédio e na  
1224 USP inteira é terceirizado. A terceirização é uma prática que permite à empresa  
1225 abrir mão sobre um processo e transferi-lo para um terceiro portador de uma  
1226 base de conhecimento mais especializada, com o objetivo de agregar mais  
1227 valor ao produto final, segundo Leonardo Lacerda, pós-graduado em  
1228 Engenharia de gestão do conhecimento na Universidade Federal de Santa  
1229 Catarina. Para tanto, a USP deve estar de acordo com o modo com que a  
1230 empresa age, e para as atividades de segurança a empresa terceirizada tem se  
1231 posicionado da seguinte forma: os funcionários trabalham 12 horas e folgam  
1232 nas próximas 36 horas. Esse intervalo cumprido permite que muitos deles  
1233 trabalhem em outros lugares, realizando trabalhos de maneira informais, por  
1234 exemplo. Acontece que, repentinamente, a empresa incrementou uma  
1235 mudança na jornada de trabalho, que foi modificada para oito horas de trabalho  
1236 durante cinco dias seguidos e um dia de folga. O salário foi mantido e a  
1237 quantidade de horas de trabalho também, no entanto, nesse novo regime de  
1238 horário os referidos funcionários não dispõem de tempo para realização de  
1239 outras atividades, o que reduz, de modo notório, seu nível de renda mensal. Tal  
1240 situação faz com que muitos cogitem a demissão dessa empresa. Quando a  
1241 Universidade contrata empresas terceiras, como as de limpeza e segurança,  
1242 abre a sua responsabilidade de garantir boas condições de trabalho, salários  
1243 dignos e direitos trabalhistas a centenas de pessoas. Isso já aconteceu  
1244 inúmeras vezes com a empresa Higilimp, que presta serviços à FFLCH e à  
1245 FEA e os funcionários não recebem seus salários. Ou quando uma nova  
1246 empresa começou a cuidar da administração do bandeirão da EACH, que  
1247 passaram a ser servidos 90 almoços e 800 jantares para uma comunidade de,  
1248 aproximadamente, 6.500 estudantes, o suco virou água e o azeite virou óleo,  
1249 além da demissão dos funcionários que moravam em Guarulhos e que,  
1250 portanto, geravam mais custos com vales transportes e trabalhavam a mais de  
1251 8 anos no Restaurante Universitário ou, até em nosso próprio prédio, em que  
1252 as funcionárias de limpeza são aconselhadas pela USP e pela própria empresa  
1253 que as contratam a não ocuparem os corredores e espaços de convivência  
1254 estudantil durante seu horário de trabalho, ficando sentadas nos próprios  
1255 banheiros femininos durante o intervalo. É bom ter essa observação, porque

1256 acho que hoje, quando os servidores da USP estão ali no trabalho e estão  
1257 cansados querendo ter aquele espaço um pouco mais informal, os  
1258 terceirizados têm o banheiro para fazer isso. A realidade será a mesma se - e  
1259 quando - a Antena Paulista, que é uma empresa de transporte de São Carlos,  
1260 começar a administrar o transporte - área 1 e 2 - do *campus* de São Carlos, o  
1261 que está, inclusive, sendo discutido. Casos assim, já têm sido enfrentados em  
1262 São Paulo, onde convênios semelhantes foram estabelecidos. Os problemas  
1263 nos transportes persistiram e os alunos se mobilizam, mas as discussões já  
1264 não são mais com a Universidade, mas com a empresa que dificulta qualquer  
1265 tipo de acordo. Nós, da Secretaria Acadêmica, continuaremos exigindo que a  
1266 Universidade se responsabilize pelos seus serviços e que não sejam  
1267 terceirizados os serviços básicos que ela deve oferecer, exigindo um  
1268 posicionamento frente a esses absurdos. Sabemos que a imposição dessa  
1269 empresa terceira passa por cada departamento, embora não sabendo quais as  
1270 explicações que isso gera, estamos trabalhando nisso com o Departamento  
1271 SHS, que já se mostrou positivo à nossa presença nas discussões. A partir  
1272 desse contexto, considerando uma verificação conjunta das aludidas mudanças  
1273 dos funcionários de segurança e a ausência, em nosso prédio, de uma  
1274 localidade adequada e salubre para as pessoas da limpeza, declaramos, ainda,  
1275 nossa posição contrária à terceirização de serviços de transporte entre as  
1276 áreas 1 e 2 e a todo e qualquer descaso com a qualidade de serviços  
1277 oferecidos e as condições de trabalho dos funcionários. Por fim, propomo-nos a  
1278 dialogar com os devidos responsáveis dos departamentos para chegarmos a  
1279 uma conclusão benéfica aos que mais sofrem com essa situação - os  
1280 funcionários.” **Cons. Tomás Costa de Azevedo Marques:** “Gostaria de  
1281 começar falando da apresentação da Pró-reitora de Pós-Graduação. É muito  
1282 legal trazer os dados, mas espero que depois possam estar disponibilizados  
1283 para podermos analisar melhor. Gostaria de fazer uma pergunta sobre aquele  
1284 número que a senhora não conseguiu ler, que é sobre o quanto de titulação a  
1285 USP produz de doutorado e mestrado, é por volta de seis mil, é isso? Se não  
1286 me engano temos 12 e 13 mil mestrados e doutorandos, que são  
1287 aproximadamente 25 mil e se consegue fazer a titulação de 6 mil. Há um  
1288 grande descompasso nisso. Gostaria de entender melhor por que existe esse



1289 descompasso em relação à quantidade de estudantes que temos e a  
1290 quantidade de títulos de doutorado e mestrados concedidos. Precisávamos  
1291 fazer um cálculo melhor para entendermos como funciona, porque além disso,  
1292 temos um grande número de alunos que não consegue a titulação no tempo  
1293 ideal. Fica a sugestão para buscar esses números também, além do número da  
1294 evasão no mestrado e no doutorado, que pode ser pequeno, mas sabemos que  
1295 existe. Outra questão que quero abordar é sobre o Passe Escolar. Tivemos  
1296 uma resposta sobre a questão do Passe Escolar, mas me parece que a  
1297 justificativa que foi dada para os alunos de pós-graduação não ter o Passe  
1298 Escolar é que a SPTrans não permite, por causa da legislação que permite  
1299 conceder o Passe Escolar apenas para o aluno que está com disciplina e, para  
1300 isso, a USP tem que justificar que o aluno tem uma disciplina para poder ter o  
1301 Passe Escolar. Entendo que existe uma necessidade da USP, enquanto  
1302 instituição, comprar essa briga e dizer que para o aluno de pós-graduação  
1303 existe muito mais do que a disciplina presencial, pois existe a questão do  
1304 laboratório, da biblioteca e das condições de trabalho que ele necessita para o  
1305 deslocamento. Por isso, acho que nós, da pós-graduação, gostaríamos muito  
1306 que a Instituição brigasse com a SPTrans, buscando contemplar, também, os  
1307 estudantes de pós-graduação. Com relação à EACH, depois da fala do Cons.  
1308 Menna Barreto e a resposta do Prof. Zago, não duvidamos nada que exista  
1309 uma grande preocupação, mas temos uma situação na Universidade e temos a  
1310 questão financeira que nos preocupa bastante, pois tem um corpo de mais de  
1311 seis mil pessoas dessa Universidade que representa quase 10%, que não tem  
1312 lugar para estudar, não tem biblioteca, isso é um pequeno detalhe,  
1313 convenhamos. Enquanto isso, nós, no Conselho Universitário, continuamos a  
1314 reunião - claro todo mundo está preocupado, todo mundo está sabendo- mas,  
1315 efetivamente, o Conselho Universitário ignora essa situação, que é uma  
1316 situação absurda. Espero que quando tudo for resolvido, nós olhemos para trás  
1317 e fiquemos abismados e digamos 'nossa como aquilo tudo pode acontecer'. Se  
1318 o senhor não pode responder isso, como conseguir e como resolver essa  
1319 situação? A quem podemos cobrar, ao governador? Gostaria que o Senhor  
1320 Reitor se colocasse para além da preocupação, que sei que o senhor tem,  
1321 porque são seis mil pessoas que estão perdidas pela cidade, alocadas,

1322 'provisoriamente' - entre aspas - em condições muito precárias. Eu mesmo tive  
1323 problemas com o acesso à biblioteca, tive que pedir livros de fora, de outra  
1324 biblioteca, que era da ESALQ no caso, e não tinha como pedir, pois não tinha  
1325 acesso à biblioteca, foi preciso que solicitasse a uma colega que fizesse isso  
1326 através da biblioteca dela para mim. Foi uma coisa complicada para minha  
1327 qualificação. Outro ponto importante que me foi passado é que o Professor  
1328 Vahan e o Professor Zago se comprometeram em fazer uma reunião aberta  
1329 com toda comunidade da EACH, para discutir e esclarecer essas questões que  
1330 são anseios da própria comunidade. Assim, gostaria que o Senhor propusesse  
1331 uma data e um dia para nos reunirmos com a comunidade de funcionários,  
1332 docentes e estudantes, para discutir isso e ajudar a acalmar os ânimos. A  
1333 posição que o Superintendente de Espaço Físico teve é muito delicada. Minha  
1334 sugestão é que o homem público, mesmo no calor dos ânimos, tem que ter  
1335 cuidado com as coisas que fala. É muito delicado deslegitimar todo esse corpo  
1336 de estudantes, funcionários e professores com uma colocação dessa. É  
1337 ridicularizar uma crise que a própria Escola está vivendo. Isso causa um  
1338 descontentamento muito grande e a situação fica muito complicada. Como é  
1339 que os professores, que têm o Professor Nakao como interlocutor, vão confiar  
1340 em uma pessoa que, infelizmente, em uma situação adversa, fez uma  
1341 colocação que se tornou pública e que deslegitima e ridiculariza essa  
1342 situação. Acho que a Reitoria, junto com o Superintendente, tem que repensar  
1343 isso de forma efetiva." **M. Reitor:** "Vou fazer dois comentários. Primeiro,  
1344 entendo que hoje tínhamos circunstâncias especiais, temas que as pessoas  
1345 queriam se manifestar e não há como restringir a palavra. Por outro lado,  
1346 temos que fazer um equilíbrio entre o direito e a liberdade de se manifestar  
1347 aqui no Co e considerações práticas a respeito do andamento da sessão e de  
1348 tópicos que precisam ser analisados e votados. O Regimento do Co diz que  
1349 expediente, isto é, tudo o que fizemos até agora, deve ter uma duração máxima  
1350 de 90 minutos, ou seja, uma hora e meia. Tivemos uma duração de 2h30. Não  
1351 quis restringir, exatamente porque acho que havia muitos aspectos que  
1352 precisavam e as pessoas queriam se manifestar. Mas, nas próximas sessões,  
1353 procurarei seguir o Regimento, no sentido de fazer com que o expediente dure  
1354 1h30. Vou pedir às pessoas que respeitem o máximo possível os seus 5

1355 minutos, o que permitirá mais pessoas se manifestarem e, também, evitem as  
1356 manifestações repetitivas, porque elas não adicionam informação, nem opinião  
1357 nova, quero dizer, este é um Conselho constituído por pessoas que são  
1358 capazes, em sua maioria, de entender os argumentos, de tal maneira que a  
1359 repetição não o torna mais verdadeiro. Dito isto sobre o andamento da reunião,  
1360 quero fazer um balanço do que ouvi durante as manifestações. Entendo que a  
1361 Reitoria deve tomar providencias, em primeiro lugar, para examinar as relações  
1362 entre a USP e o Governo do Estado, no que diz respeito ao repasse que é  
1363 devido à USP. Há opiniões variadas sobre se esses limites estão sendo  
1364 respeitados adequadamente ou não. Pode ser que esteja seguindo uma  
1365 interpretação, mas podemos fazer gestões para modificar a maneira como está  
1366 sendo calculado. Entendo que um conjunto de manifestações abordou essa  
1367 questão e a Reitoria vai se interessar pelo assunto. O segundo aspecto é  
1368 diferente, diz respeito ao exame do histórico daquilo que ocorreu internamente  
1369 na Universidade com relação à nossa atual situação financeira. Recebemos  
1370 várias sugestões, cobranças e manifestações, mais veementes ou menos, mas  
1371 todas apontam para a necessidade de revermos o passado recente. Parece  
1372 que essa é uma vontade geral, senão unanime, dos Conselheiros e a Reitoria  
1373 procederá segundo essa manifestação. O terceiro tópico sobre o qual ouvi  
1374 manifestações, diz respeito à falta de conformismo com a impossibilidade atual  
1375 de proceder a reajuste salarial que cubra a diferença ou pelo menos a inflação  
1376 do período. Solidarizo-me com isso, mas digo que, independentemente de  
1377 medidas que possam modificar a nossa perspectiva, nesse momento não há  
1378 outra atitude que o gestor possa fazer que não seja a de manter a  
1379 impossibilidade do reajuste, com o compromisso de revermos a nossa situação  
1380 à medida que o tempo passar e, quem sabe, durante o segundo semestre,  
1381 reanalisarmos a questão.” Em seguida, o **M. Reitor** passa à **ORDEM DO DIA.**  
1382 **CADERNO I - PARA CIÊNCIA.** Ofício de ordem da Presidente da Comissão de  
1383 Ética, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sueli G. Dallari, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino  
1384 Rodas, encaminhando o Relatório de Atividades da Comissão, correspondente  
1385 ao biênio 2012-2014 (09.01.14). **M. Reitor**: “Há um relatório da Comissão de  
1386 Ética da USP, do último período, assinado pela sua presidente, na época a  
1387 Profa. Sueli Dallari. Estão resumidos os tópicos tratados, é um balanço dos

1388 trabalhos que, no mínimo, servem para informar a este Conselho quais são as  
1389 atividades, que tipo de atividades são conduzidas pela Comissão de Ética e  
1390 cabe-me, como Reitor, cumprimentar a todos os membros da Comissão,  
1391 incluindo sua presidente, quando parte deles já foram substituídos.” Não  
1392 havendo manifestações, o **M. Reitor** solicita que registrem-se os votos de  
1393 cumprimentos à Comissão de Ética. Ato seguinte, passa ao **CADERNO II –**  
1394 **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA USP. 1. PROTOCOLADO 2014.5.647.1.5 –**  
1395 **USP.** Ofício do Chefe de Gabinete, Prof. Dr. José Roberto Drugowich de  
1396 Felício, ao Procurador Geral, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco,  
1397 solicitando a elaboração de estudo, a fim de que o Estatuto e o Regimento  
1398 Geral da USP sejam adequados com vistas à inclusão de três membros  
1399 suplentes em cada uma das Comissões Permanentes do Conselho  
1400 Universitário (17.04.14). **Parecer da PG:** esclarece que para que essa inclusão  
1401 ocorra, faz-se necessário alterar as regras que tratam da composição das  
1402 Comissões Permanentes do Conselho Universitário, a saber, parágrafo único  
1403 do artigo 19 do Estatuto, e artigos 19, § 5º, e 21, I, “a”, do Regimento do  
1404 Conselho Universitário, de forma que fique expressamente consignado que  
1405 cada uma das Comissões Permanentes, além dos sete membros docentes,  
1406 terá três suplentes também docentes (13.05.14). **Parecer da CLR:** o Senhor  
1407 Presidente aprova, ad referendum da Comissão, a proposta de inclusão de três  
1408 suplentes docentes em cada uma das Comissões Permanentes do Conselho  
1409 Universitário e as consequentes alterações no Estatuto da USP e no  
1410 Regimento do Co, nos termos do parecer da d. Procuradoria Geral (13.05.14).  
1411 Minutas de Resolução preparadas pela Secretaria Geral. **M. Reitor:** “A  
1412 proposta é relativamente simples, é acrescentarmos três suplentes a cada uma  
1413 das três comissões permanentes, que são compostas por 6 docentes. E um  
1414 membro discente. Se aprovarem, eles serão eleitos na próxima reunião.”.  
1415 **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Vem a nós uma proposta de modificação do  
1416 estatuto com relação aos colegiados e, novamente, a Universidade perde um  
1417 momento exato de rever alguns procedimentos. Senão vejamos, se existe,  
1418 novamente, um tópico a ser levantado, por que não aprofundamos essas  
1419 discussões? Estamos todos aqui para aprovar mais três representantes  
1420 suplentes na COP, na CLR e na CAA, porque essa Universidade insiste em

1421 desqualificar, em ignorar, em passar uma borracha ou mesmo desconhecer  
1422 que no meio dessa comunidade tem aqueles que não são suplentes, que não  
1423 são nem ao menos efetivos, os servidores técnicos e administrativos dessa  
1424 Universidade. Os senhores avaliam que nós, servidores, somos menos  
1425 qualificados a trazer à luz contribuições a essa Universidade? É como aquela  
1426 velha música 'tá vendo aquele edifício, moço? Nós ajudamos a construir, mas  
1427 não entramos nele. Tá vendo aquela escola, moço? Nós ajudamos a construir,  
1428 mas não podemos frequentá-la. Tá vendo aquelas comissões, moço? Nós  
1429 ajudamos a pautá-las, mas não podemos participar de suas discussões'. Por  
1430 uma razão simples, no estado feudal dessa Universidade continuam a achar  
1431 que os servidores públicos, absolutamente públicos, republicanamente  
1432 contratados, não temos a qualidade para participar dos debates desta  
1433 Universidade. Sinto muito senhores, essa proposta está absolutamente  
1434 incompleta. Nós podemos, sim, ajudar a qualificar a COP, a CLR e a CAA.  
1435 Respeitem-nos. Tragam a nós a possibilidade efetiva de 18 mil servidores  
1436 poderem, finalmente, opinar nessa Universidade. Estou saindo do Co e,  
1437 infelizmente, não vou ver essa qualificação." **M. Reitor**: "Temos uma dúvida à  
1438 esclarecer". **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada**: "Com todo o respeito aos  
1439 assuntos que esta Comissão possa discutir, proponho retirar esse assunto de  
1440 pauta e que isso seja pautado na discussão sobre a reforma do Estatuto, no  
1441 processo de democratização. Talvez essas Comissões não necessitem apenas  
1442 de três suplentes, nós mesmos defendemos comissões paritárias, de forma  
1443 que, para que essa Universidade tenha governança, talvez essas comissões  
1444 possam ser constituídas não de 6, mas de 10 ou de 12. Por isso, estou pedindo  
1445 a retirada desse assunto, que seja guardado na caixinha do processo de  
1446 democratização e que se discutam lá todas essas comissões, para que seja  
1447 formulado, adequadamente, o número de membros que devem ter esses  
1448 órgãos colegiados." **M. Reitor**: "Podemos encerrar as discussões com relação  
1449 a esse aspecto, em particular. Está claro e a Conselheira Neli tem razão, a  
1450 constituição das comissões permanentes do Conselho Universitário serão  
1451 analisadas no processo de revisão do Estatuto que estamos conduzindo. Não  
1452 tenho nenhuma dúvida, mesmo porque é até possível que a composição do Co  
1453 seja revista, isso levará, obrigatoriamente, a uma revisão das Comissões. Este

1454 é ponto pacífico. Não estamos, nesse momento, discutindo nenhum aspecto  
1455 conceitual em relação a isso. Não estamos ampliando as Comissões, mas sim  
1456 tratando de um aspecto prático, que ano após ano vem dificultando o  
1457 funcionamento das comissões como estão estabelecidas agora. Por exemplo,  
1458 terminamos o ano passado com a COP, que é a Comissão responsável pelo  
1459 orçamento, reduzida à quase metade dos seus membros, num momento crítico  
1460 da Universidade. Então, o que estamos propondo é, sem discutirmos o  
1461 conceito ou a justificativa da constituição das Comissões como são hoje, mas  
1462 simplesmente providenciar uma maneira para que elas continuem funcionando.  
1463 Hoje mesmo, por exemplo, tivemos que fazer uma reunião suplementar para  
1464 substituir um membro da CLR, que se aposentou. Teremos situações  
1465 semelhantes a essa. De forma que, para simplificar o processo, nesse  
1466 momento, estamos sugerindo que, além dos 6 membros permanentes,  
1467 poderíamos ter um suplente. Propusemos três, porque sempre teremos conflito  
1468 aqui, se é alguém da área de exatas, etc. E como as comissões possuem,  
1469 nesse momento, também, um aluno, propusemos um suplente discente, para  
1470 sermos coerentes. Não é nossa iniciativa excluir os servidores disto, é  
1471 simplesmente deixar essa discussão para o momento que ela deve ocorrer e,  
1472 nesse momento, apenas fazermos uma coisa transitória, um ajuste que nos  
1473 permita funcionar até que o dia do juízo final chegue. Espero que  
1474 compreendam isso. Não é uma visão da reitoria, do reitor ou da administração,  
1475 que os servidores devem ser excluídos, é apenas uma situação transitória, que  
1476 não muda conceitualmente. Já a introdução dos servidores, por mais justa que  
1477 seja, é uma mudança conceitual e exigiria muito mais tempo para discussão.  
1478 Espero que compreendam e que votem nesse momento, deixando a discussão  
1479 ampla para aquilo que virá nos próximos meses. Espero que o Cons. Alexandre  
1480 entenda que não estamos mudando conceitualmente, esse não é o momento  
1481 de fazer isso, mas o Conselheiro, obviamente, tem a sua liberdade de  
1482 pensamento. Espero que esteja esclarecido. Pergunto se alguém mais gostaria  
1483 de se manifestar. Não falaremos de nomes agora, porque se for aprovado, na  
1484 próxima reunião faremos a votação.” Havendo quórum qualificado, o **M. Reitor**  
1485 passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte  
1486 resultado: Sim = 81 (oitenta e um ) votos; Não = 5 (cinco) votos; Abstenções =

1487 18 (dezoito) votos; Total de votantes = 104 (cento e quatro). É aprovada a  
1488 proposta de inclusão de três membros docentes suplentes e um membro  
1489 discente suplente, para cada uma das comissões permanentes da USP. **Cons.**  
1490 **Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Gostaria de saber se esses aparelhinhos já  
1491 fazem parte do patrimônio da USP ou se são alugados. Porque se forem  
1492 alugados, ia falar para levantarmos a mão.” **Secretário Geral**: “Não, eles foram  
1493 pagos na gestão anterior.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO III.**  
1494 **PROGRESSÃO NA CARREIRA DOCENTE. 1. PROTOCOLADO**  
1495 **2014.5.532.1.3 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Ofício da Decana, no  
1496 exercício da Presidência, da Comissão Central de Avaliação para a Progressão  
1497 de Nível na Carreira Docente (CCAD), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angela Faggin Pereira  
1498 Leite, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, indagando sobre o  
1499 melhor encaminhamento a ser dado nas questões que envolvem a reavaliação  
1500 do processo de progressão, pelo Conselho Universitário, conforme previsto no  
1501 art. 21 da Resolução nº 5927/2011, bem como com relação ao término dos  
1502 mandatos de três membros da Comissão, entre eles o Presidente e o Vice-  
1503 Presidente, tendo em vista que tal quadro tem dificultado o bom desempenho  
1504 das finalidades estabelecidas pela citada Resolução (02.04.14). Despacho do  
1505 Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, solicitando que a Secretaria  
1506 Geral inclua na pauta do Conselho Universitário de 20.05.2014, os seguintes  
1507 tópicos na Ordem do Dia: 1) deliberação de constituição de Comissão  
1508 incumbida, pelo Co, de proceder à reavaliação do processo de avaliação da  
1509 progressão da carreira docente, nos termos do artigo 21 da Resolução nº  
1510 5927/11; 2) deliberação a respeito da suspensão dos trabalhos da CCAD,  
1511 enquanto o Conselho Universitário não concluir a reavaliação  
1512 supramencionada (07.05.14). **M. Reitor**: “Todos aqui conhecem - ou a maior  
1513 parte conhece - a história deste assunto – progressão horizontal da carreira  
1514 docente. Ela é coordenada pela Comissão Central de Avaliação Docente e  
1515 quando nos reunimos, em março deste ano, observamos que dos 9 membros,  
1516 três já tinham seu mandato esgotado, incluindo a presidente, que era a Prof.<sup>a</sup>  
1517 Dr.<sup>a</sup> Emma Otta. O segundo aspecto é que esta Comissão já havia liderado e  
1518 conduzido três etapas de progressão na carreira docente e havia iniciado uma  
1519 quarta rodada, que foi parcialmente implementada. E, finalmente, nos

1520 defrontávamos com uma questão levantada na Resolução 5927/11, que  
1521 regulamentou todo o processo, que previa em seu artigo 21, que todo o  
1522 processo de progressão da carreira docente seria reavaliado pelo próprio  
1523 Conselho Universitário, dois anos depois da sua implantação. Isto não havia  
1524 ocorrido, portanto surgia a dúvida, que ainda persiste, quanto à validade ou não  
1525 do processo iniciado pela Comissão, da quarta etapa de promoção de  
1526 docentes, sendo que a Resolução diz que deve ocorrer duas vezes por ano,  
1527 uma em cada semestre. Surgia, também, a questão se deveria ser iniciada  
1528 uma quinta etapa neste ano. Diante de todas essas dúvidas, as iniciativas  
1529 tomadas foram, em primeiro lugar, a Comissão elegeu uma nova presidente e,  
1530 transitoriamente, a decana, Profa. Maria Ângela Faggin Pereira Leite, passou a  
1531 exercer a presidência. Em segundo lugar, nos ocorreu a necessidade de  
1532 consultar o Co quanto à validade da avaliação em curso, que é a quarta etapa,  
1533 a conveniência de que isso continue ou seja interrompido, nesse momento,  
1534 para, eventualmente, continuar no futuro. Em terceiro lugar, a necessidade  
1535 prevista naquela Resolução de fazermos uma avaliação de todo o processo.  
1536 Para dar continuidade ou para abrir a discussão, convido a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria  
1537 Ângela Faggin Pereira Leite, para fazer uma apresentação, uma sinopse de  
1538 todo o processo, agradecendo desde já.” **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ângela Faggin**  
1539 **Pereira Leite**: “Esclareço, inicialmente, que a CCAD é uma comissão executiva,  
1540 encarregada de cumprir o que determina a Resolução nº 5927/11. De modo  
1541 que a CCAD, sendo uma Comissão executiva, procedeu aos processos de  
1542 avaliação determinados pela própria Resolução, que foram, até o momento,  
1543 quatro processos. O primeiro, no 2º semestre de 2011, teve 2.375 inscritos,  
1544 sendo 1.847 aprovados, dos quais 920 Doutores 2, 453 Associados 2 e 474  
1545 Associados 3. Nesse processo temos, como pendências, um pedido de  
1546 reconsideração em última instância, 4 recursos e 2 mandados de segurança. O  
1547 segundo processo, que foi no 2º semestre de 2012, teve 425 inscritos, 349  
1548 aprovados, dos quais 182 Doutores 2, 102 Associados 2 e 65 Associados 3,  
1549 não tendo nenhum tipo de reconsideração ou recurso pendentes. O terceiro  
1550 processo foi no primeiro semestre de 2013, com 355 inscritos, sendo 261  
1551 aprovados, dos quais 140 Doutores 2, 93 Associados 2 e 28 Associados 3.  
1552 Neste, há como pendências, 4 pedidos de reconsideração e 2 pedidos de



1553 reconsideração em última instância. O quarto processo, no 2º semestre de  
1554 2013, teve 256 inscritos em 26 Comissões de Avaliação Setorial (CAS), que  
1555 são as mesmas desde o início dos processos. 15 dessas 26 CAS têm as  
1556 avaliações concluídas e os candidatos aprovados divulgados no DOE. São 57  
1557 os aprovados, dos quais 48 Doutores 2, 24 Associados 2 e 2 Associados 3.  
1558 Quatro CAS têm avaliações concluídas e não divulgadas, envolvendo 37  
1559 candidatos, e 7 CAS têm avaliação em andamento; são 88 candidatos nessas  
1560 7 CAS. Nesse processo, há 6 pedidos de reconsideração - prazo até 17/6 para  
1561 novos pedidos, então pode ser que surjam mais, pois 44 candidatos foram  
1562 reprovados. Esse é o resumo. O que acontece é que o quarto processo está  
1563 pendente, porque parte foi publicado, parte não foi publicado e parte não foi  
1564 sequer feito. E o quinto processo, naturalmente, não foi aberto.” **M. Reitor:**  
1565 “Claro que existem duas questões envolvidas. Uma é de natureza  
1566 orçamentaria, obviamente, não podemos ignorar isso, pois o processo de  
1567 promoção resultará em aumento de gastos na folha de pagamento. Depois vou  
1568 pedir para o Prof. Sigismundo nos dar uma ideia do que isso significa em  
1569 termos de impacto orçamentário. Mas há outra questão que, talvez, seja mais  
1570 crítica, ou seja, de fato, o Conselho quando autorizou esse processo todo,  
1571 esperava ter, em um determinado momento, uma análise do processo, do seu  
1572 impacto, do seu efeito e isso não ocorreu. Senti-me não autorizado a dizer que  
1573 o processo podia continuar como estava sendo feito, mas que seria necessário,  
1574 nesse momento, ouvir o Conselho. São dois aspectos que são interligados,  
1575 mas são duas decisões separadas, uma é qual o impacto orçamentário, se isso  
1576 significa muito ou não terminarmos a quarta etapa. Não terminar, tem  
1577 implicações que é fácil de prever, porque alguns casos já foram conduzidos,  
1578 tem uma questão de isonomia, tem certo número de casos que foram  
1579 conduzidos até o seu final e publicados. Por outro lado, temos a determinação  
1580 do Co de que deveria ter sido feita uma análise, presumo que a maioria dos  
1581 Conselheiros deve concordar que, realmente, precisamos rever esse processo  
1582 e analisar. Primeiro pergunto se o Prof. Sigismundo tem algum dado que possa  
1583 nos auxiliar, em termos de impacto financeiro, com relação a isso ou como que  
1584 ele e a COP veem essa questão.” **Cons. Sigismundo Bialoskorski Neto:**  
1585 “Sim, há dados e sem dúvida nenhuma qualquer gasto na Universidade traz

1586 impactos. Na realidade, isso se configura muito mais como restos a pagar de  
1587 um processo já iniciado, do que em si um novo gasto. Nas simulações, os  
1588 ganhos médios de um professor nessa progressão é de R\$ 800 a algo próximo  
1589 a R\$ 900 adicionais. Se considerarmos provisões para 13º, isso dá algo  
1590 próximo a R\$ 1 mil por mês. Se considerarmos que todos os professores que  
1591 estão no *standy by* tirem a progressão para o último nível, isso daria algo em  
1592 torno de R\$ 256 mil por mês, que é algo em torno de R\$ 3 milhões ao ano.  
1593 Para se ter uma ideia, isso é algo em torno de 0,067%. Nesses cálculos,  
1594 devemos considerar três questões importantes. A primeira é que,  
1595 possivelmente, nem todos devem ser aprovados, porque o histórico dos  
1596 processos mostram que em torno de 70% a 80% conseguem essa aprovação.  
1597 Segundo, a maioria dos professores deve, provavelmente, estar naquela  
1598 primeira faixa dos professores doutores, então esses dados não são validos,  
1599 pois os números são muito menores do que estes. E a terceira consideração é  
1600 que, na realidade, até que o processo se realize, até que ocorra a publicação e  
1601 até que se efetive a execução orçamentária, isso vai ocorrer ao longo de 2014  
1602 e, por ventura, até no início de 2015, dependendo do próprio processo. Se  
1603 considerarmos que todos passem ao último nível, o impacto é de 0,06%, o que  
1604 é um impacto pequeno, dado que se espera um aumento endógeno da folha  
1605 como um todo em torno de 1,5% a 2%. A minha opinião, não orçamentária,  
1606 mas como conselheiro, é de que isso se configura muito mais como resto a  
1607 pagar de um processo anterior do que um novo processo e, talvez, devesse ser  
1608 tratado dessa forma. Os impactos orçamentários existem, mas não são  
1609 grandes.” **M. Reitor:** “Muito bom. Alguém mais quer se manifestar sobre esse  
1610 primeiro tópico - a continuidade do processo de progressão na carreira?” **Cons.**  
1611 **Maria das Graças Bonfim de Carvalho:** “A preocupação, agora, não é como  
1612 Diretora da EEFERP, mas sim como Coordenadora da CAS Ciências da Saúde  
1613 - Enfermagem e Saúde Pública. Quando a Profa. Maria Ângela coloca que 15  
1614 CAS já foram homologadas, saíram no DOE e já estão até recebendo, outras  
1615 ainda estão em andamento, como a CAS de Saúde Pública e Enfermagem,  
1616 que envolve três Unidades e, conforme o Prof. Sigismundo está colocando, é  
1617 um orçamento que não vai ser tão elevado, não sei se as consequências não  
1618 serão muito maiores para a carreira desses docentes. Estou falando a favor,

1619 pois me preocupa muito. Iríamos homologar essas avaliações no dia 4 de junho  
1620 e, de repente, todo o trabalho que foi feito será em vão? Gostaria de solicitar a  
1621 esse Conselho que repensasse sobre isso, não é um processo que vai iniciar,  
1622 mas sim que tem que terminar.” **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Pelo  
1623 que estou entendendo - se estiver entendendo errado, corrijam-me - está  
1624 sendo proposto parar um jogo na metade e rever suas regras. Se meu time já  
1625 marcou um gol, o outro que se lasque, certo? Se começou o processo e tem,  
1626 inclusive, professores que entraram com recurso, o jogo continua, como muito  
1627 bem disse a Cons.<sup>a</sup> Maria das Graças. Toda essa revisão está sendo marcada  
1628 para ser discutida no processo de democratização, carreiras e regime de  
1629 trabalho, não é? Então esse tem que continuar. Falar agora que não tem  
1630 dinheiro é muito fácil, quero ver daqui a 4 ou 5 anos, na hora que aparecerem  
1631 os precatórios, como apareceu o da ADUSP, que nem sei se o Prof. Rodas  
1632 pagou o que os professores ganharam na justiça, inclusive, com incorporação  
1633 no salário. Depois aparece que existem os marajás, mas não disseram que têm  
1634 muitos professores com salários altos porque ganharam na justiça a  
1635 incorporação de más gestões nos salários. De forma que esse processo tem  
1636 que continuar e sua revisão acontecerá mais para frente, certo? Já essa  
1637 questão da revisão, se é certo ou errado, é uma correlação de forças entre  
1638 vocês e o Reitor. Defendo que o jogo continue dentro dessas regras, porque se  
1639 essa proposta fosse colocada para a carreira dos servidores técnicos e  
1640 administrativos, também estaria defendendo, assim como defendo, inclusive, a  
1641 terceira etapa da minha carreira.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:** “Vejo  
1642 essa questão do ponto de vista acadêmico e do ponto de vista de carreira  
1643 docente. Fui membro da CERT por 4 anos e discutimos com muita intensidade  
1644 a necessidade de haver maiores gradações na carreira que existia até então -  
1645 Doutor, Livre-Docente, Titular e mais nada. E essa determinação do Co, de  
1646 uma forma bastante ampla, basicamente atendeu o que entendo - e muitos dos  
1647 colegas acredito que entendam também - que seja uma progressão razoável,  
1648 natural da carreira universitária. Acho que as questões orçamentárias têm que  
1649 ser vistas num contexto um pouco mais amplo. Os próprios números mostrados  
1650 pela atual Presidente da Comissão Central mostram, em um primeiro momento,  
1651 um grande número de docentes que se inscreveram, com aprovações ao redor

1652 de 78%, que se manteve nas outras avaliações também, e no segundo  
1653 processo em diante esse número caiu dramaticamente para 400, 300 e poucos  
1654 inscritos. Isso significa que durante muitos anos essa Universidade manteve  
1655 uma carreira com esse represamento de categorias e, de repente, isso começa  
1656 a ser normalizado. Atualmente, temos de 200 a 300 candidatos por ano se  
1657 submetendo a esse processo de avaliação e progressão na própria carreira.  
1658 Então, a questão orçamentária tem que ficar absolutamente fora dessa  
1659 discussão, a meu ver, não só esse processo que está em andamento deve ser  
1660 completado, como os próximos devem ser abertos, independentemente de  
1661 avaliação do Conselho, porque se começarmos a julgar essa questão de  
1662 avaliação como uma condição para continuar esse processo de reavaliação  
1663 dos docentes, vai criar, de novo, um represamento, que no futuro vai ter que  
1664 ser resolvido. Acho que essas questões não devem ser tratadas assim, nesse  
1665 contingenciamento atual que temos da questão monetária e também não  
1666 devemos deixar hiatos de anos sem preenchimento dessa situação de  
1667 docentes poderem ser inscritos e continuar nesse processo de avaliação, isso  
1668 tem que ser parte da nova carreira que nós suprimos nessa Universidade. Na  
1669 minha opinião, a versão desse Conselho deveria ser pela continuidade desse  
1670 processo, deveríamos montar uma Comissão para avaliar o processo, sugerir  
1671 mudanças, entre outras coisas, pois isso, obviamente, tem que ser  
1672 aperfeiçoado. Se não fizemos isso, foi uma falha desse Conselho, lamento.  
1673 Mas os próximos processos, também quinta ou sexta etapa, mesmo que não  
1674 haja ainda essa avaliação, que é uma condição de aperfeiçoamento do  
1675 processo e não de interrupção ou de questionamento da validade dele, porque,  
1676 a meu ver - e no de muitas pessoas -, é perfeitamente válido e acomoda uma  
1677 progressão mais detalhada do docente ao longo de toda carreira até chegar  
1678 aos cargos máximos da Universidade.” **M. Reitor:** “Há que se fazer uma  
1679 diferença, Cons. Arêas. Não há dúvida de que a questão orçamentária é  
1680 marginal aqui, no entanto, a questão da avaliação do processo é central. É uma  
1681 determinação do Co, que deveria ser feita após dois anos, não o foi e não me  
1682 sinto tranquilo em deixar que se realizem os processos adicionalmente a esse  
1683 que começou. Esse que começou, há todo um argumento da necessidade dele  
1684 continuar, há a questão da isonomia, daqueles que já foram atendidos e dos

1685 que não foram. Concordo que, do ponto de vista prático e jurídico, seria mais  
1686 complicado interrompê-lo. No entanto, os benefícios e as vantagens do  
1687 processo não são unanimemente vistos dentro da Universidade, há grande  
1688 discrepância com relação ao processo como foi realizado e, portanto, não me  
1689 sentiria absolutamente tranquilo em continuar antes de ouvir uma avaliação.  
1690 Acrescente-se a isso que a USP deve, obrigatoriamente, rever três temas que  
1691 são associados intimamente e que desaguarão, obviamente, na nossa revisão  
1692 de Estatuto e Regimento, mas que o processo de discussão precisa ser muito  
1693 mais aprofundado do que tem sido até agora, ou do que estou observando nas  
1694 discussões preparatórias para essa reforma que teremos. Preocupado com  
1695 isto, procurando atender a algo que prometi exaustivamente durante a  
1696 campanha para a eleição e, diante da minha convicção de que se trata, talvez,  
1697 do tema central da vida na Universidade, publicamos, dia 30 de abril, uma  
1698 portaria constituindo um grupo de trabalho sobre atividade docente. Esse grupo  
1699 deve rever três tópicos centrais, quais sejam: os regimes de trabalho da  
1700 Universidade, nada nos obriga a termos os três que temos, podemos ter dois,  
1701 um ou quatro, isto é, temos que rever os regimes de trabalho; segundo, temos  
1702 que rever a estrutura da carreira docente, os processos de progressão na  
1703 carreira docente, nos seus fundamentos, temos que reconhecer a enorme  
1704 diversidade da Universidade, tanto em termos de área de atuação, desde  
1705 cursos profissionais, institutos de pesquisas básicas, de humanidades, de  
1706 artes; assim como temos que rever perfis muito diversos de docentes que têm  
1707 dedicação específica e, predominantemente, em um sentido ou em outro.  
1708 Dessa forma, foi composto um grupo de trabalho que deverá propor reformas  
1709 de todos esses três aspectos que são ligados, mas são independentes, carreira  
1710 docente, processos de progressão e regimes de trabalho. Para informação,  
1711 talvez nem todos tenham visto, vou ler o nome dos componentes. Procuramos  
1712 fazer uma comissão que fosse a mais heterogênea possível, tanto de áreas de  
1713 atuação, como de perfil das pessoas que participam. Esse grupo de trabalho é  
1714 presidido pelo Prof. Ricardo Ribeiro Terra, da FFLCH, que foi presidente da  
1715 CERT até recentemente, quando foi substituído pelo Prof. Dr. Luiz Nunes de  
1716 Oliveira, portanto, ele tem muita familiaridade com essas questões. Participam,  
1717 ainda, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Berenice Bilharinho de Mendonça (FM); Prof. Dr. Diogo

1718 Rosenthal Coutinho (FD); Prof. Dr. Edson Antonio Ticianelli (IQSC); Prof. Dr.  
1719 Emílio Carlos Nelli Silva (EP); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Esmeralda Vailati Negrão (FFLCH);  
1720 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eucia Beatriz Lopes Petean (FFCLRP); Prof. Dr. Fernando de  
1721 Queiroz Cunha (FMRP); Prof. Dr. Fernando Vernilli Júnior (EEL); Prof. Dr.  
1722 Joaquim José Martins Guilhoto (FEA); Prof. Dr. José Bento Sterman Ferraz  
1723 (FZEA); Prof. Dr. José Sebastião dos Santos (FMRP); Prof. Dr. Luis Eduardo  
1724 Aranha Camargo (ESALQ); Prof. Dr. Luiz Roberto Giorgetti de Britto (ICB);  
1725 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angela Faggini Pereira Leite (FAU); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Christina  
1726 de Souza Lima Rizzi (ECA); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Dias de Oliveira  
1727 Latorre (FSP); Prof. Dr. Paulo Cesar Rodrigues Conti (FOB); Prof. Dr. Ricardo  
1728 Magnus Osório Galvão (IF); Prof. Dr. Roger Chammas (FM); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sarah  
1729 Feldman (IAU); Prof. Dr. Sérgio de Albuquerque (FCFRP); Prof. Dr. Sérgio  
1730 Persival Baroncini Proença (EESC); Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Salzstein Goldberg  
1731 (ECA). Esta comissão deverá promover, no prazo de alguns meses, debates e  
1732 análises com toda a Universidade, para recompor a nossa relação com  
1733 progressão da carreira e com regimes de trabalho. Os seus resultados terão  
1734 uma forte influência, inclusive, no funcionamento da CERT, que também terá  
1735 que ser revisto. Diante disso, realmente, não me sinto inclinado a que novas  
1736 etapas desse processo de promoção sejam iniciadas. Então vou consultá-los,  
1737 por votação, se concordam com o prosseguimento da quarta etapa e sua  
1738 finalização.” Um Conselheiro questiona, fora do microfone, se é possível se  
1739 manifestar antes da votação. **M. Reitor**: “Ouviremos, se as manifestações  
1740 disserem respeito, especificamente, a esse tópico, tudo bem, porque depois, o  
1741 Conselho terá que se manifestar sobre a avaliação. Neste momento, a proposta  
1742 é que se complete esta etapa e que esperemos os resultados disso, para  
1743 iniciarmos novos processos de avaliação. Pergunto se querem se inscrever  
1744 para falar sobre isso.” **Cons. Alejandro Szanto de Toledo**: “Manifesto-me a  
1745 favor da conclusão desse processo, por uma questão de credibilidade desse  
1746 colegiado, que tomou uma decisão a respeito da carreira, das suas várias  
1747 etapas e não se colocou contra o início dessa quarta etapa. Como essa etapa,  
1748 inclusive, já está com decisões firmadas e publicadas, acho que não poderia  
1749 ser interrompida no meio, ainda mais que o custo, como foi declarado, é muito  
1750 pequeno. Entendo, também, que a decisão de realizar todas essas etapas não

1751 é uma decisão unilateral de nenhum reitor, nenhum pró-reitor, nenhum membro  
1752 individual desse colegiado, foi uma decisão deste Colegiado e,  
1753 conseqüentemente, por sua credibilidade, temos que terminar esse processo.  
1754 Quanto aos seguintes, concordo que deve ter uma avaliação, podendo coincidir  
1755 com o debate que o Magnífico Reitor colocou no momento, sobre regimes de  
1756 trabalho, carreira etc., ou seja, essa avaliação pode coincidir ou não com esse  
1757 debate mais amplo. Agora, a conclusão dessa quarta etapa, não vejo como  
1758 interrompê-la." **Cons. Martin Grossmann:** "Entendo que dada a situação em  
1759 que colegas nossos, funcionários e estudantes têm nos alertado e nos acusado  
1760 de má gestão e, do ponto de vista da direção de um Instituto e desta  
1761 Universidade, acho temerário avançarmos nesses processos nesse momento,  
1762 dada a situação da Universidade. Se 105% está comprometido com a folha de  
1763 pagamento, a sociedade vai ler isso como corporativismo, como má gestão.  
1764 Acho isso importante, pois vamos deliberar e há um certo silêncio e,  
1765 obviamente que os funcionários também querem a continuidade do seu  
1766 processo, mas a Universidade está em um momento muito difícil. Acho que  
1767 deve estar claro entre nós que isso vai soar como uma medida de proteção dos  
1768 nossos próprios interesses." **M. Reitor:** "Vou fazer um apelo. Ouvimos  
1769 argumentos a favor de terminarmos a quarta etapa e não iniciarmos novas e  
1770 ouvimos argumentos a favor de interrompermos a quarta etapa. Se algo mais  
1771 tiver que ser dito, peço que se manifestem agora, caso contrário teremos que  
1772 decidir através do voto." **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Não sou docente,  
1773 mas lembro-me claramente das preocupações que a ADUSP colocou no  
1774 processo. De forma que não é apenas dizer aqui 'eu lhe disse', mas a ADUSP  
1775 colocou preocupações no processo e parece que agora as estamos revivendo.  
1776 Nós, servidores, somos de opinião que se deve terminar o quarto processo  
1777 para sermos coerentes, porque nós também queremos a terceira etapa da  
1778 carreira. Não acho, absolutamente, que somos co-autores de qualquer coisa,  
1779 pelo contrário, estamos sendo absolutamente responsáveis no processo,  
1780 porque pessoas estão envolvidas e essas pessoas são servidores que estão  
1781 aguardando que esse processo continue. Então, mudar isso agora significa  
1782 desconsiderar estas pessoas. Por isso vamos votar sim para a continuidade,  
1783 mas com a avaliação dos próximos passos." **M. Reitor:** "Se estiverem de

1784 acordo colocarei em votação pelo término da quarta etapa, passando já para a  
1785 avaliação do processo, sem iniciar novas etapas. Se alguém quiser uma  
1786 manifestação do Conselho, especificamente, sobre dar continuidade, em  
1787 seguida colocaremos em votação. Então, votaremos agora pela conclusão da  
1788 quarta etapa e aguardar resultado da avaliação." Ato seguinte, o **M. Reitor**  
1789 passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte  
1790 resultado: Sim = 78 (setenta e oito) votos; Não = 5 (cinco) votos; Abstenções =  
1791 8 (oito); Total de votantes = 91 (noventa e um). É aprovada a proposta de  
1792 conclusão da quarta etapa do processo de avaliação da progressão da carreira  
1793 docente e aguardar resultado da avaliação do processo de progressão da  
1794 carreira docente. O **Cons. Alexandre Pariol Filho** questiona, fora do  
1795 microfone, se esta votação contempla, também, pela continuidade dos  
1796 processos de avaliação da carreira dos servidores técnicos e administrativos.  
1797 **M. Reitor:** "Absolutamente, discordo. Este tópico não estava em análise e  
1798 votação." **Prof.ª Drª Maria Angela Faggin Pereira Leite:** "No meu entender, a  
1799 votação pela continuidade do quarto processo exige a eleição dos três  
1800 membros faltantes da CCAD, porque a Comissão está funcionando com 30%  
1801 de membros a menos e a avaliação é de muita responsabilidade, de forma que  
1802 é preciso fazer, até porque eu também estou saindo em licença-prêmio." **M.**  
1803 **Reitor:** "Faremos a eleição na próxima reunião do Conselho." **Secretário**  
1804 **Geral:** "Apenas um esclarecimento. Essa não era minha posição, apenas falei  
1805 que era preciso, primeiro, definir se o processo continuaria e, continuando a  
1806 quarta etapa - como foi o caso - teríamos, sim, que recompor a CCAD." **M.**  
1807 **Reitor:** "O passo seguinte é sobre o processo de avaliação." **Cons. Oswaldo**  
1808 **Baffa Filho:** "Acho muito importante que essa avaliação seja feita por uma  
1809 comissão externa, que não esteve em nenhum momento envolvida com este  
1810 processo. O M. Reitor acabou de citar este GT que está estudando a carreira  
1811 docente, parece-me ser um grupo muito bem qualificado e adequado para fazer  
1812 esta avaliação, uma vez que eles estarão estudando a carreira e tomarão  
1813 conhecimento dos processos que foram utilizados para a progressão. Acho que  
1814 tem aperfeiçoamentos que podem ser feitos, fui membro da Comissão de  
1815 Avaliação Setorial de Física, presidida pelo Prof. Tito Bonagamba e nosso  
1816 entendimento é que, para a área de Física, o Professor Doutor 2 não faz



1817 sentido. A carreira está aberta, qualquer professor pode se candidatar a  
1818 qualquer momento a Professor Livre-Docente, então, para que ter este  
1819 estamento entre o Doutor e o Livre-Docente? Esses são aperfeiçoamentos que  
1820 podem surgir e uma comissão como essa poderá até avaliar se isso é  
1821 importante ou não, se apenas para algumas áreas, se para todas, pode ser que  
1822 para outras áreas isso seja importante. De forma que minha sugestão é  
1823 encaminhar que este seja um GT indicado pelo Conselho para fazer esta  
1824 avaliação." **M. Reitor**: "Alguém tem sugestão diferente desta?" **Cons.**  
1825 **Jefferson Antonio Galves**: "Acho indispensável que haja uma avaliação do  
1826 processo. O Departamento de Estatística, do qual faço parte, fez críticas  
1827 técnicas à maneira como a Comissão de Estatística e Matemática procedeu.  
1828 Não tivemos, realmente, uma resposta conveniente ou adequada. Foram  
1829 questões técnicas, como por exemplo, confusão entre categorias e números,  
1830 média entre categorias. Acho que é um bom momento para avaliação e o  
1831 sentimento que tivemos foi de uma grande heterogeneidade nos pareceres. Da  
1832 experiência que tive, os pareceres me foram solicitados de áreas que não eram  
1833 as minhas. Sei que sou voto vencido em todas as instâncias, aqui na USP e  
1834 nas Federais, mas acho que os concursos, como são feitos atualmente, com  
1835 todos os defeitos que eles podem ter, são realizados com uma banca que é  
1836 pública e que avalia em público. E penso que esses pareceres são  
1837 indispensáveis para evitar esse mal estar - no meu departamento houve um  
1838 grande mal estar. Digo isso olhando para o meu colega que estava na  
1839 Comissão, a quem enviamos o parecer escrito por três titulares e acho que não  
1840 foi respondido; e fiquei muito surpreso, porque haviam três colegas muito  
1841 próximos - o diretor do IME estava na Comissão que ficava acima. Faço um  
1842 apelo para que haja uma avaliação para que essa ideia boa seja feita de  
1843 maneira adequada. Por exemplo: como é que uma pessoa cujo nível H é 1 é  
1844 promovida? 'H1' significa que nunca ninguém leu." **M. Reitor**: "Concordo com  
1845 os argumentos do Conselheiro de que é necessário rever do ponto de vista de  
1846 conceito e do ponto de vista da prática. Pergunto em que aspecto o senhor  
1847 diverge do fato de quem faça esta avaliação seja este Grupo de Trabalho  
1848 composto por 24 docentes das mais diferentes áreas que estão encarregados  
1849 de uma atividade que é intrinsecamente relacionada com esta." **Cons.**

1850 **Alejandro Szando de Toledo**: "Acho que está ocorrendo uma pequena  
1851 confusão entre o que vamos avaliar - o processo ou a carreira. Acho que a  
1852 carreira não está em discussão, se precisa ou não de um Professor Doutor  
1853 nível 2 não está em discussão. Agora, se o processo for ser avaliado, sou  
1854 totalmente a favor - critérios, definição de níveis, há muitas coisas que devem  
1855 ser revistas, mas a carreira só vai ser revista quando avaliarmos o Estatuto.  
1856 Esse é meu entendimento." **M. Reitor**: "Tanto para reavaliarmos a carreira,  
1857 como para reavaliarmos os regimes de trabalho, como para reavaliarmos o  
1858 processo de progressão, precisaremos de fundamentação. A sugestão que  
1859 estamos fazendo é que uma mesma e ampla comissão faça a análise e a  
1860 fundamentação de uma coisa e de outra, inclusive, se devemos ou não manter  
1861 esse processo de progressão horizontal, cuja decisão final caberá a este  
1862 Conselho Universitário." **Cons. Alejandro Szando de Toledo**: "Só lamento  
1863 que uma decisão do Conselho Universitário seja revista por uma comissão que  
1864 não é do Conselho Universitário." **M. Reitor**: "O processo de avaliação de  
1865 progressão da carreira docente deverá ser reavaliado pelo Conselho  
1866 Universitário, mas o fará a partir de documentos, de fundamentação, de  
1867 experts. Esse grupo de trabalho deverá recorrer à ajuda externa. O Conselho  
1868 faz a reavaliação daquilo que ele mesmo criou, agora, no que ele se  
1869 fundamenta para isto? Seria ideal que isso fosse feito por um grupo bastante  
1870 amplo e externo ao Conselho e, de preferencia não muito intimamente  
1871 envolvido com o processo propriamente dito. Portanto, por exemplo, pessoas  
1872 que participaram - ou a maioria das pessoas que participaram - não deveriam  
1873 participar do processo de avaliação. Esta é a minha visão de processo de  
1874 avaliação. Portanto, sustento a proposta do Cons. Baffa de que seja a mesma  
1875 comissão." **Cons. José Alfredo Gomes Arêas**: "Acho interessante a proposta  
1876 de a mesma comissão cuidar de tudo, mas me preocupo com a questão do  
1877 prazo, com o cronograma desta discussão. O Reitor colocou que esta  
1878 discussão vai cuidar dos regimes de trabalho, da estrutura e da progressão da  
1879 carreira. São os três pontos importantes. Essa é uma questão relativamente  
1880 complexa para permitir que esta comissão fique um tempo muito grande para  
1881 trazer algo para o Conselho decidir. De forma que, minha preocupação é que  
1882 haja um prazo para que esta comissão encerre os trabalhos e traga para o

1883 Conselho decidir." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Pelo painel  
1884 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 67 (sessenta e sete) votos;  
1885 Não = 1 (um) voto; Abstenção = 23 (vinte e três); Total de votantes = 91  
1886 (noventa e um). É aprovada a proposta de criação de comissão incumbida de  
1887 proceder à reavaliação do processo de avaliação da progressão da carreira  
1888 docente. **Cons. Alexandre Pariol Filho**: "Venho propor uma inversão de  
1889 pauta. Fiz uma solicitação de vista de um processo na reunião do Co anterior e  
1890 gostaria de me manifestar, porque esta é minha última participação em reunião  
1891 ordinária do Conselho e o recurso em questão mexe com a vida de uma  
1892 pessoa e não gostaria, de forma alguma, deixar em suspenso essa questão.  
1893 Seria, especificamente, colocar em discussão o recurso do Professor Humberto  
1894 Ávila, com relação ao concurso que ele prestou na Faculdade de Direito." **M.**  
1895 **Reitor**: "Presumo que não há necessidade, porque o Caderno IV é uma  
1896 alteração muito simples do Regimento da EACH." Ato seguinte, o **M. Reitor**  
1897 passa ao **CADERNO IV – ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE. 1.**  
1898 **PROCESSO 2005.1.5709.1.2 – ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E**  
1899 **HUMANIDADES**. Proposta de alteração do artigo 21 e exclusão do artigo 1º  
1900 das Disposições Transitórias do Regimento da Escola de Artes, Ciências e  
1901 Humanidades, em consequência à aprovação do novo Regimento da CPG.  
1902 Ofício do Diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Prof. Dr. José  
1903 Jorge Bourei Filho, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas,  
1904 encaminhando a proposta de alteração do Regimento da EACH, aprovada pela  
1905 Congregação em 04.09.2013 (09.09.13). Texto atual: Artigo 21 - A CPG é  
1906 constituída pelos Coordenadores de Programa de Pós-Graduação da EACH,  
1907 03 (três) docentes eleitos dentre os orientadores credenciados nos Programas  
1908 de Pós-Graduação vinculados à Unidade, e a representação discente,  
1909 correspondente a 20% do total de membros docentes. Parágrafo único - A CPG  
1910 terá uma composição de no mínimo 8 (oito) membros docentes. Texto  
1911 proposto: Artigo 21 - A CPG é constituída pelos Coordenadores de Programa  
1912 de Pós-Graduação da EACH e pela representação discente, correspondente a  
1913 20% do total de membros docentes. Parágrafo único - suprimido. Texto atual:  
1914 TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Artigo 1º - Enquanto não  
1915 houver no mínimo 05 (cinco) programas de Pós-Graduação na EACH, a CPG

1916 será completada até o número de 08 (oito) membros docentes e seus  
1917 respectivos suplentes, eleitos dentre os orientadores credenciados em  
1918 programas de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Texto proposto:  
1919 TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – suprimido. Artigo 1º -  
1920 suprimido. Parecer da PG: esclarece que a presente proposta encontra  
1921 fundamento no artigo 31, caput, §§ 1º, 4º e 5º do Regimento de Pós-Graduação  
1922 (Resolução nº 6542/2013), recomendando a submissão à CLR (31.01.14).  
1923 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, o parecer do relator,  
1924 Prof. Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, favorável à proposta de  
1925 alteração do artigo 21 e exclusão do artigo 1º das Disposições Transitórias do  
1926 Regimento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (11.03.14). Minuta de  
1927 Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Sérgio França Adorno de**  
1928 **Abreu:** "Trata-se de uma proposta de alteração de um artigo da Escola de  
1929 Artes, Ciências e Humanidades, visando, na verdade, uma alteração na  
1930 composição de Pós-Graduação da Unidade. A matéria foi examinada pela  
1931 Procuradoria Geral, não há óbices e tal como está apresentado na pauta, foi  
1932 aprovado pela CLR." Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa à  
1933 votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim =  
1934 66 (sessenta e seis) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 23 (vinte e três); Total  
1935 de votantes = 89 (oitenta e nove). É aprovado o parecer da CLR, favorável à  
1936 alteração do artigo 21 e exclusão do artigo 1º das Disposições Transitórias do  
1937 Regimento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. A seguir o **M. Reitor**  
1938 passa ao **CADERNO V – RECURSOS. 1. PROCESSO 2011.1.1374.2.0 –**  
1939 **FACULDADE DE DIREITO.** Recurso interposto pelo candidato Humberto  
1940 Bergmann Ávila, consagrado vencedor do concurso para provimento de um  
1941 cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de Direito Econômico,  
1942 Financeiro e Tributário, contra decisão da Congregação da FD, que deliberou,  
1943 por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo Prof. Dr. Heleno Taveira  
1944 Torres, não homologando o relatório final do concurso. Edital FD 37/2009, de  
1945 abertura para concurso de um cargo de professor titular junto ao Departamento  
1946 de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, publicado no D.O. de 27.05.2009  
1947 (27.05.09). Comunicado ATC-23, publicado no D.O. de 22.05.2010, informando  
1948 que a Congregação da FD, em sessão realizada em 13.05.2010, aprovou as

1949 inscrições dos candidatos ao concurso para provimento de um cargo de  
1950 professor titular junto ao Departamento de Direito Econômico, Financeiro e  
1951 Tributário, bem como a composição dos membros da banca examinadora  
1952 (22.05.10). Quadros de notas. Relatório final da Banca Examinadora:  
1953 verificadas as indicações individuais e constatado o empate nas notas dos  
1954 candidatos Humberto Bergmann Ávila e Heleno Taveira Torres pelo membro da  
1955 banca Prof. Diogo José Paredes Leite Campos, o Senhor Presidente instou o  
1956 mesmo para que procedesse à indicação, de forma a desempatar. Este fez a  
1957 sua indicação na pessoa do candidato Humberto Bergmann Ávila para prover o  
1958 cargo (28.10.10). Recurso interposto pelo candidato Heleno Taveira Torres,  
1959 contra a deliberação contida no Relatório Final da Comissão Julgadora do  
1960 concurso, alegando que a indicação do Prof. Diogo Leite de Campos somente  
1961 foi feita após conhecer as notas e indicações dos demais examinadores, e todo  
1962 o concurso viu-se decidido pela sua indicação com desobediência ao dever de  
1963 motivar o critério de desempate, ainda que de modo verbal, ademais da falta de  
1964 motivação “circunstanciada” dos memoriais e suspeição evidenciada de  
1965 membro da Banca, e como esses vícios frustraram o critério de classificação  
1966 por notas, como exigidos pelo Regimento Geral, bem assim os valores de  
1967 motivação, imparcialidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e  
1968 legalidade, requerendo que: seja reconhecida a nulidade do Relatório Final,  
1969 dada a ilegalidade decorrente da desobediência ao art. 4º da Constituição  
1970 Estadual e, igualmente, ao art. 8º da Lei Estadual 10.177, de 1998, e regras  
1971 regimentais aplicáveis, dentre outras, aos arts. 154, 155 e 159 do Regimento  
1972 Geral da USP; a Congregação decida pela não homologação do Relatório Final  
1973 e, por fim, em atenção ao princípio de eficiência da Administração Pública, que  
1974 se delibere pela abertura de novo concurso (11.11.10). Recurso interposto pelo  
1975 candidato Humberto Bergmann Ávila, apresentando contrarrazões ao recurso  
1976 do candidato Heleno Taveira Torres, solicitando seja negado provimento ao  
1977 recurso, a fim de que seja homologado o Relatório Final, com a sua  
1978 consequente nomeação e, caso entenda a Congregação que tenha havido falta  
1979 de fundamentação na indicação feita pelo Prof. Diogo José Paredes Leite de  
1980 Campos, entende que somente esse ato é que pode ser invalidado, jamais  
1981 acarretando a nulidade de todo o concurso. Requer, também, seja o

1982 desempate entre os candidatos feito pelos critérios estabelecidos no artigo 161,  
1983 parágrafo 3º, do Regimento Geral (25.11.10). Manifestação do Prof. Estevão  
1984 Horvath: esclarece que não pretende apresentar contrarrazões ao recurso.  
1985 Expressa, simplesmente que, dada a possibilidade aberta pelo Sr. Diretor da  
1986 FD, concedendo vista do recurso interposto, não poderia omitir-se nem deixar  
1987 de expressar algumas impressões, no intuito de colaborar (08.12.10). Parecer  
1988 da Profa. Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro: conclui que a indicação do Prof.  
1989 Humberto Bergmann Ávila, feita pelo Prof. Diogo José Paredes Leite de  
1990 Campos, foi ilegal, por falta de motivação; a mesma indicação ainda ficou  
1991 viciada por ter sido feita depois que o mesmo ficou conhecendo as indicações  
1992 dos outros membros da banca, quebrando a regra do sigilo na atribuição das  
1993 notas e na indicação; a avaliação dos títulos, pela forma feita pelos membros  
1994 da Comissão Julgadora, descumpriu a exigência regimental de fundamentação  
1995 mediante parecer circunstanciado; em consequência, o concurso não observa  
1996 os requisitos de validade indispensáveis para sua homologação (21.02.11).  
1997 Parecer Jurídico da Professora Titular Ada Pellegrini Grinover, solicitado pelo  
1998 candidato Humberto Bergmann Ávila (15.02.11). Novo parecer jurídico da  
1999 Professora Titular Ada Pellegrini Grinover, solicitado pelo candidato Humberto  
2000 Bergmann Ávila (02.03.11). Parecer da Congregação da FD: delibera, por  
2001 unanimidade, conceder vistas aos Professores Titulares Miguel Reale Junior e  
2002 Elival da Silva Ramos (31.03.11). Manifestação do Prof. Miguel Reale Junior:  
2003 conclui que seja reconhecida a higidez do concurso em sua integralidade,  
2004 rejeitando-se, em consequência, o recurso interposto pelo candidato Heleno  
2005 Taveira Torres. Caso venha a se considerar nulo o desempate, opina para que  
2006 a Congregação, com base no disposto no parágrafo 3º do art. 161 do  
2007 Regimento Geral, reconheça a vitória do concurso pelo candidato que recebeu  
2008 a nota média geral mais alta, ou seja, o Prof. Humberto Bergmann Ávila  
2009 (25.04.11). Manifestação do Prof. Elival da Silva Ramos: observa que em todos  
2010 os casos de empate na classificação por notas que a história recente da FD  
2011 registra, o desempate em sede de indicação, efetuado por critério diverso do  
2012 desempenho nas provas, exigiu motivação explícita exatamente porque não se  
2013 estava a utilizar critério fundado no desempenho no concurso em si. Na  
2014 espécie, dúvida não há quanto ao sentido da manifestação de vontade do

2015 examinador Diogo Campos, que, de fato, indicou um vencedor: se não  
2016 explicitou o critério de desempate é porque estava comparando, implicitamente,  
2017 o desempenho nas provas dos candidatos postos inicialmente em situação de  
2018 igualdade. Por essas razões é de voto favorável à homologação do certame  
2019 (28.04.11). **Parecer da Congregação da FD:** delibera, por maioria, dar  
2020 provimento ao recurso interposto pelo candidato Heleno Taveira Torres, nos  
2021 termos do parecer da relatora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Sylvia Zanella Di Pietro e, em  
2022 consequência, não homologar o concurso (28.04.11). Recurso do candidato  
2023 Humberto Bergmann Ávila, contra decisão da Congregação da FD, que  
2024 deliberou, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo Prof. Dr.  
2025 Heleno Taveira Torres, não homologando o relatório final do concurso para  
2026 provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de Direito  
2027 Econômico, Financeiro e Tributário, solicitando que até o seu julgamento final,  
2028 não seja aberto novo concurso (06.05.11). Contrarrazões ao recurso  
2029 apresentado pelo candidato Humberto Bergmann Ávila, encaminhada pelo  
2030 candidato Heleno Taveira Torres (23.05.11). Informação do Diretor da FD,  
2031 deixando de atribuir efeito suspensivo ao recurso, uma vez que a competência  
2032 é do órgão recorrido, não havendo qualquer prejuízo ao recorrente, até porque  
2033 a abertura de novo concurso não está na pauta da Congregação. Encaminha  
2034 os autos ao Professor Titular Flávio Luiz Yarshell, para relatar (30.05.11).  
2035 Parecer do Prof. Flávio Luiz Yarshell: no caso examinado, não há urgência a  
2036 justificar medida acautelatória neste momento, razão pela qual não é hipótese  
2037 de se atribuir efeito suspensivo, nem de obstar atos com base naquilo que hoje  
2038 não vai além de mera possibilidade ou, até, conjectura. Se houver modificação  
2039 de fato no quadro hoje vigente, poderá o recorrente renovar o pleito cautelar,  
2040 observadas as atribuições de competência delineadas. Parecer da  
2041 Congregação da FD: delibera, por unanimidade, conceder vista à Professora  
2042 Titular Odete Medauar (30.06.11). Parecer da Profa. Odete Medauar: conclui  
2043 que a ausência de motivação ou a motivação insuficiente ou a motivação sem  
2044 as qualificações de explícita, clara, congruente, lógica não podem ser vistas  
2045 sob o rótulo de meras irregularidades, pois configuram, sem dúvida,  
2046 ilegalidades fulcrais, a atingir requisitos essenciais para considerar uma  
2047 decisão válida. Desta forma, não se vê como prosperar o recurso interposto

2048 pelo Prof. Humberto Bergmann Ávila (24.08.11). **Parecer da Congregação da**  
2049 **FD:** aprova o voto vista da Prof.<sup>a</sup> Odete Medauar, por maioria, mantendo-se a  
2050 decisão anterior, pela não homologação do concurso, bem como negando  
2051 efeito suspensivo do recurso (25.08.11). Requerimento do Prof. Humberto  
2052 Bergmann Ávila, solicitando efeito suspensivo ao recurso interposto ao  
2053 Conselho Universitário, a fim de impedir a abertura de novo concurso para  
2054 provimento da mesma vaga, até conclusão do processo administrativo  
2055 (14.09.11). **Parecer da PG (2726/11):** anota que as alegações apresentadas,  
2056 de fato, são aptas a sustentar a interposição do referido recurso, como também  
2057 do requerimento. Alega o interessado que a ausência de atribuição de efeito  
2058 suspensivo ao recurso permite a abertura de novo concurso para o provimento  
2059 da mesma vaga. A abertura de novo concurso, antes da decisão administrativa  
2060 final, causará danos irreversíveis ou de difícil reparação. Sob este aspecto,  
2061 assiste razão ao interessado. Assim, a concessão de efeito suspensivo ao  
2062 recurso, para os fins de impedir a abertura imediata de novo concurso, no  
2063 presente caso, apresenta-se como melhor solução de garantir o bom  
2064 desenvolvimento das atividades administrativas da Universidade (15.09.11).  
2065 **Deliberação do M. Reitor:** aprova o parecer da PG e concede efeito  
2066 suspensivo ao recurso interposto pelo requerente (16.09.11). **Parecer da PG**  
2067 **(3153/11):** o requerente (Prof. Humberto Bergmann Ávila) afirma não haver  
2068 irregularidade no concurso, porque, em suma, o relatório apresenta as razões  
2069 das indicações, e que a sua média geral (9,59) é superior à média geral do  
2070 recorrente (9,44). Salienta que se irregularidade houvesse na indicação do  
2071 Prof. Diogo deveria ser apenas essa indicação anulada, deixando para a  
2072 Congregação desempatar, nos termos regimentais, conforme o parecer do  
2073 Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, proferido em caso semelhante,  
2074 aproveitando-se os atos válidos do concurso. Observa que, para o concurso de  
2075 professor titular devem ser observadas as normas contidas nos artigos 149 a  
2076 162 do Regimento Geral, ressaltando-se, em razão das questões trazidas aos  
2077 autos, o disposto no artigo 154, o qual prescreve que “o julgamento dos títulos,  
2078 expressos mediante nota global, deverá refletir os méritos do candidato como  
2079 resultado da apreciação conjunta ... .” Considerando o art. 161, que estabelece  
2080 os critérios para desempate no caso das indicações, não vislumbra nulidade na



2081 indicação feita pelo professor de Coimbra Diogo José Paredes Leite Campos,  
2082 após perceber o empate nas notas dos candidatos e indicar um deles, como  
2083 determina o Regimento Geral. No caso em questão, o relatório final da Banca  
2084 Examinadora, com o respectivo quadro de notas, considerando que a maior  
2085 média geral é do candidato indicado pela Banca, não há irregularidade,  
2086 estando o certame em consonância com os ditames constitucionais,  
2087 estatutários e regimentais. Entende que o concurso seguiu os ditames  
2088 regimentais, não havendo vício de legalidade insanável que o macule, podendo  
2089 o Co, como colegiado máximo da Universidade, manter a decisão da Comissão  
2090 Julgadora do concurso, homologando o concurso, em benefício do interesse  
2091 público. Por outro lado, se entender irregular a indicação poderá invalidá-la e  
2092 adotar, expressamente, o critério de desempate prescrito pelo art. 163,  
2093 parágrafo 3º, do Regimento Geral, dando-se prosseguimento ao concurso, com  
2094 a indicação do candidato vencedor para provimento do cargo de Professor  
2095 Titular objeto do concurso (4.11.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade  
2096 dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Francisco de Assis  
2097 Leone, favorável ao recurso interposto pelo candidato Humberto Bergmann  
2098 Ávila (08.12.11). O candidato Heleno Taveira Torres solicita cópia integral de  
2099 todos os documentos juntados aos autos, desde o momento da decisão  
2100 denegatória do pedido do pedido de reconsideração pela Congregação da FD,  
2101 inclusive o parecer da d. Procuradoria Geral, com base na Lei nº 10.177, de  
2102 30.12.98. Justifica o pedido pelo fato de o requerente ter tomado conhecimento  
2103 da expedição de parecer no processo em tela, além de outros atos, dos quais,  
2104 até o presente, não recebeu notificações oficiais. Alternativamente, caso o  
2105 pedido de cópia não possa ser atendido, solicita que seja convertido no direito  
2106 de vista aos autos (06.03.12). **Parecer da PG:** manifesta que o pedido de  
2107 certidões ou cópias reprográficas à administração pública deve estar sempre  
2108 acompanhado da indispensável motivação e da demonstração da necessidade  
2109 para defesa de direitos e, na solicitação do requerente, este não especifica seu  
2110 interesse. Esclarece, ainda, citando José Afonso da Silva, que o direito à  
2111 informação depende da indicação do interesse particular. No presente caso, o  
2112 parecer da CLR é apenas opinativo, os quais, quando indeferidos, são  
2113 encaminhados para deliberação do Conselho Universitário e somente após à

2114 decisão do Co, todos os participantes do concurso deverão ser notificados, os  
2115 quais poderão formular pedido escrito, com a especificação clara e precisa das  
2116 informações que precisam, justificando a pretensão. No caso de cópias,  
2117 poderão os requerentes indicar as cópias que desejam e que somente a eles  
2118 se refiram, recolhendo aos cofres da USP o valor de R\$ 0,30 por folha  
2119 (12.04.12). Na reunião do Conselho Universitário de 25.02.2014, o Magnífico  
2120 Reitor concedeu vista dos autos ao Conselheiro Alexandre Pariol Filho  
2121 (25.02.14). Parecer do Conselheiro Alexandre Pariol Filho: manifesta-se pela  
2122 improcedência do recurso do recorrente Humberto Bergmann Ávila,  
2123 confirmando a decisão da Congregação da Faculdade de Direito, pela não  
2124 homologação do respectivo concurso, autorizando, portanto, a abertura de  
2125 novo concurso de Professor Titular junto ao Departamento de Direito  
2126 Econômico, Financeiro e Tributário (20.04.14). Requerimento do Prof. Dr.  
2127 Humberto Bergmann Ávila, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago,  
2128 informando que constituiu a Professora Titular Ada Pellegrini Greinover sua  
2129 procuradora e solicitando deferimento para que a mesma proceda a produção  
2130 de prova oral na sessão do Conselho Universitário em que for apreciado o seu  
2131 recurso. O Magnífico Reitor defere o requerimento e autoriza a sustentação  
2132 oral de até 15 minutos, para assegurar o direito de ampla defesa ao requerente  
2133 (14.05.14). **M. Reitor:** Trata-se de Recurso do Professor Humberto Bergmann  
2134 Ávila, que ganhou um concurso para provimento de um cargo de Professor  
2135 Titular. Ele interpõe recurso contra a Congregação da Faculdade de Direito,  
2136 que deliberou, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo Professor  
2137 Heleno Taveira Torres e não homologou o relatório final." **Secretário Geral:**  
2138 "Gostaria apenas prestar um esclarecimento. O Cons. Alexandre Pariol fez um  
2139 pedido de vista na reunião anterior e tem um parecer." **Cons. Sérgio Franca**  
2140 **Adorno de Abreu:** "É um caso que está bastante bem documentado e  
2141 analisado e é muito controvertido, evidentemente. É uma controvérsia a  
2142 respeito de um concurso na Faculdade de Direito para provimento de uma vaga  
2143 de Professor Titular, no Departamento de Direito Econômico, na área de Direito  
2144 Tributário e houve empate entre dois candidatos e, nesse empate, um dos  
2145 membros da banca procedeu, posteriormente a concessão de notas, ao  
2146 desempate. Ao proceder o desempate, um dos candidatos, que é o recorrente,

2147 saiu vitorioso, porque ele tinha uma média global mais alta. Houve um recurso  
2148 que contestou as condições em que o processo de empate foi realizado, ou  
2149 seja, ele teria que ter sido realizado, em princípio, pela Congregação, e há uma  
2150 argumentação - que não é comprovada no processo - de que essa nota de  
2151 desempate teria sido dada a partir da nota dos outros candidatos, o que é  
2152 inverossímil, porque só se poderia dar a partir do momento que as notas de  
2153 todos estivessem abertas. Há uma controvérsia a esta questão. A CLR  
2154 analisou os pareceres, há vários pareceres que propõem a nulidade do  
2155 processo, porque entende que houve um vício no processo de desempate e há  
2156 pareceres contrários, que entendem que mesmo que se considerassem um  
2157 vício de desempate, não há vínculo de causalidade em todos os processos, de  
2158 maneira que se houvesse a nulidade, o único ato a ser anulado seria o ato de  
2159 desempate. No caso de haver desempate, seria isso atribuição da  
2160 Congregação. Como a Congregação tem que se basear pela média mais alta,  
2161 automaticamente, o recorrente teria o provimento de seu recurso. Então, a CLR  
2162 acompanhou esse entendimento por dar provimento ao recorrente e não  
2163 acolher a não homologação do resultado do concurso pela Congregação da  
2164 Faculdade de Direito." **Cons. Alexandre Pariol Filho**: "Peço que não seja  
2165 considerado apenas os cinco minutos porque, pelo que compreendi, haveria a  
2166 possibilidade da Professora Ada Pellegrini falar por mais tempo, por isso peço  
2167 pelo menos mais dez minutos de fala, por ser um voto de vista." **M. Reitor**:  
2168 "Não será possível." **Secretário Geral**: "Apenas um esclarecimento. O voto de  
2169 vista do Conselheiro foi encaminhado na pauta e todos os conselheiros já  
2170 conhecem. A questão da sustentação oral está prevista no Regimento e foi  
2171 deferida pelo Vice-Reitor em exercício e a Professora Ada, por motivo de  
2172 doença na família não virá. De forma que são duas coisas diferentes, agora  
2173 trata-se da fala do Conselheiro no momento da discussão." **Cons. Alexandre**  
2174 **Pariol Filho**: "Gostaria de ler o voto do Professor Diogo: '... nem nunca seria  
2175 perfeito, ora bem, mas nesse momento eu tenho que fazer uma coisa que  
2176 nunca quis fazer, ou seja, ser juiz. Tenho que escolher um dos candidatos e o  
2177 candidato que vou escolher é o Doutor Humberto Ávila.' Nesse instante o  
2178 Professor não se refere, absolutamente, em nenhum momento, qual seria o  
2179 motivo em que estaria baseando a sua escolha. Portanto, o que o Professor

2180 Diogo fez nesse instante foi eleger um dos candidatos. Nesse instante ele  
2181 incorreu em um vício grave. Na própria Constituição do Estado, através de sua  
2182 Lei 10.176, de dezembro de 1998, diz: 'São inválidos os atos administrativos  
2183 que desatentam os pressupostos legais da falta e insuficiência de motivação'.  
2184 Primeiro, que ele não fez a motivação. Segundo, o Professor nos disse  
2185 anteriormente que o ato que teria que ser apenas feito nesse instante pela  
2186 Congregação, era dizer que o voto, que a eleição que o Professor Diogo fez  
2187 nesse concurso seria de pleno gozo de sua nulidade, ou seja, a Congregação  
2188 poderia, em um ato, fazer a nulidade. Mas o que estou dizendo no meu voto é  
2189 que apenas haveria a hipótese de empate nesta questão se dois professores  
2190 tivessem sido escolhidos com dois votos e o terceiro candidato fosse escolhido  
2191 com um voto, portanto haveria, nesse instante, segundo. Não há como anular  
2192 ou a Congregação ser chamada a anular o voto, porque o regimento da Banca  
2193 Examinadora não pode ser fracionado. No exato instante em que a Banca  
2194 Examinadora fecha o seu relatório - não o seu veredito, mas o seu relatório -  
2195 esse passa a ser um ato absolutamente integral, ou seja, a Congregação só  
2196 pode ser chamada em duas situações: primeira - anular o voto que teria dado  
2197 empate e, segundo - homologar ou não o voto da Congregação. Exatamente  
2198 isso, em uma Congregação em que se reúne juristas absolutamente  
2199 respeitáveis deu-se a não homologação da Banca Examinadora. Quero dizer  
2200 aos senhores que esse foi um tema amplamente discutido pela Congregação  
2201 da nossa Faculdade em cinco sessões. Em homologando o recurso do  
2202 candidato, pelo qual tenho o maior respeito, abre-se uma jurisprudência  
2203 absolutamente perigosa para a Universidade, porque viabiliza que outros  
2204 candidatos em concursos absolutamente iguais possam fazer novos recursos.  
2205 No pouco tempo que me resta, quero dizer aos senhores que a Faculdade  
2206 discutiu amplamente este tema, não homologou este processo em cinco  
2207 ocasiões, não deu provimento ao recurso do Professor Humberto Ávila e,  
2208 portanto, ela fez cumprir os desígnios que nos faz cumprir o bom estado legal  
2209 de nossa Universidade. Não homologamos e chamamos um novo concurso,  
2210 onde os candidatos poderão, de forma absolutamente isenta, fazer novas  
2211 inscrições. Então, o que existe aqui não é um erro de nossa Congregação, em  
2212 não homologando este concurso fez-se cumprir o que o Regimento da nossa

2213 Universidade nos chama a cumprir. A Congregação não pode, de forma  
2214 alguma, tomar para si a quinta votação, dizer que o voto do Prof. Diogo  
2215 merecia ser anulado, mas apenas dizer que o Regimento nos precede de que  
2216 possamos ou não homologar o concurso e simplesmente achamos que não  
2217 merecia ser homologado assim, simplesmente." **Cons. Guilherme Adolfo dos**  
2218 **Santos Mendes**: "Peço vênias ao Prof. Tucci, Diretor da Faculdade de Direito,  
2219 para dar um testemunho. Sou professor de Direito Tributário e acompanhei o  
2220 concurso do começo ao fim. Dos dois candidatos, um deles da Casa, passou,  
2221 recentemente, em um outro cargo de Professor Titular e o candidato  
2222 recorrente, Professor Humberto Bergmann Ávila, simplesmente é um dos  
2223 melhores tributaristas do país, quiçá um dos maiores juristas do país, já  
2224 professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apenas esta  
2225 observação que queria fazer. Obrigado." **M. Reitor**: "Ouvi murmúrios que  
2226 indicam que a situação não foi completamente apreendida, portanto vou tentar,  
2227 de uma maneira muito simples, não jurista, esclarecer. Tratou-se de um  
2228 concurso o qual haviam três candidatos. Houve um empate nas indicações ao  
2229 abrir os resultados, entre dois candidatos - duas indicações cada - e o quinto  
2230 examinador empatou os dois nas médias. O Regimento manda que ele dê  
2231 pleno desempate, fazendo a indicação justificada. Este quinto examinador  
2232 levantou, disse que não queria ser juiz, que a última coisa que gostaria de fazer  
2233 era isso, mas nas circunstâncias, indicou o Professor Humberto Ávila e  
2234 esqueceu – e o Presidente da Banca, talvez não se lembrou também - de fazer  
2235 a justificativa. A questão foi que a Faculdade de Direito se negou a homologar,  
2236 porque entendeu que o Regimento não havia sido atendido - havia um vício  
2237 formal. Por este motivo o processo chegou ao Co, com um parecer da CLR  
2238 sugerindo que se homologue o concurso e da Procuradoria Geral também,  
2239 apesar do ato da Faculdade de Direito. O parecer do Conselheiro Alexandre  
2240 Pariol sugere em seu parecer, que não se homologue porque há um vício. E  
2241 nos cabe dar a palavra final sobre isso. Também havia a expectativa de que a  
2242 Professora Ada Pellegrini Grinover estivesse aqui fazendo a sustentação oral a  
2243 favor do candidato, pedindo a homologação. A Professora Ada é  
2244 reconhecidamente uma das expoentes jurídicas do país, é professora  
2245 aposentada da Faculdade de Direito, já foi Pró-reitora de Graduação, mas

2246 infelizmente não pode comparecer e enviou seus argumentos escritos. De  
2247 forma que os Conselheiros possuem os argumentos. E só posso aconselhar  
2248 que votem de acordo com seus melhores discernimentos." Ninguém mais  
2249 querendo se manifestar, o **M. Reitor** passa à votação do parecer da CLR.  
2250 **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se a seguinte resultado: Sim = 62  
2251 (sessenta e dois) votos; Não = 6 (seis); Abstenções = 19 (dezenove); Total de  
2252 votantes = 87 (oitenta e sete). É aprovado o parecer da CLR, favorável ao  
2253 recurso interposto pelo Professor Humberto Bergmann Ávila. **2.**  
2254 **PROTOCOLADO 2013.5.213.8.1 – RICARDO AUGUSTO FELICIO.** Recurso  
2255 interposto pelo candidato Ricardo Augusto Felício, contra a Congregação da  
2256 FFLCH, que indeferiu seu recurso solicitando a impugnação de nomes  
2257 escolhidos para compor a Comissão Julgadora para o concurso de título de  
2258 Livre-Docência, junto ao Departamento de Geografia. Edital FFLCH nº  
2259 007/2013, de abertura de inscrições ao concurso de títulos e provas, visando a  
2260 obtenção do título de Livre-Docente para os diversos departamentos da  
2261 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (26.02.13). Memorando do  
2262 Chefe do Departamento de Geografia, comunicando a indicação dos nomes  
2263 dos professores para compor a Comissão Julgadora do concurso público para  
2264 provimento de um cargo de Professor Livre-Docente, em RDIDP, no  
2265 Departamento de Geografia (16.05.13). Solicitação de impugnação  
2266 encaminhada pelo interessado, de alguns nomes apresentados em votação  
2267 não secreta realizada pelo Conselho do Departamento, que considera  
2268 altamente prejudiciais à sua avaliação e encaminha sugestão de nomes para  
2269 compor a citada Comissão (17.05.13). **Parecer da Congregação da FFLCH:**  
2270 tendo em vista o recebimento da solicitação de impugnação dos nomes  
2271 indicados pelo Conselho Departamental para composição de Comissão  
2272 Julgadora do concurso em referência, retira o item da pauta e encaminha ao  
2273 Departamento de Geografia para exame do arrazoado e decisão quanto à  
2274 sugestão definitiva da Comissão Julgadora a ser votada pela Congregação  
2275 (23.05.13). **Parecer do Conselho do Departamento de Geografia:** decide  
2276 manter a Comissão Julgadora aprovada na reunião de 15.05.13 e submete os  
2277 nomes à Congregação (19.06.13). **Parecer da Congregação da FFLCH:**  
2278 aprova a inscrição do candidato Ricardo Augusto Felício, bem como a

2279 indicação dos nomes para compor a Comissão Julgadora do concurso público  
2280 de títulos e provas visando a obtenção do título de Livre-Docente no  
2281 Departamento de Geografia (19.09.13). O candidato reitera a solicitação de  
2282 impugnação de alguns nomes apresentados em votação não secreta realizada  
2283 pelo Conselho do Departamento, que considera altamente prejudiciais à sua  
2284 avaliação e encaminha sugestão de nomes para compor a citada Comissão  
2285 (30.09.13). **Parecer da Congregação da FFLCH:** aprova o parecer contrário  
2286 do relator, Prof. Dr. Fernando Limongi, e indefere o recurso interposto  
2287 (24.10.13). Recurso interposto pelo interessado contra a Congregação da  
2288 FFLCH, que indeferiu seu recurso, solicitando a impugnação de nomes  
2289 escolhidos para compor a Comissão Julgadora para o concurso de título de  
2290 Livre-Docência junto ao Departamento de Geografia. Requer que a decisão  
2291 seja reconsiderada para que, ao final, prevaleça a lista de nomes indicada pelo  
2292 interessado, que entende ter as devidas qualificações e isenções pessoais,  
2293 ideológicas e políticas. Solicita, também, seja concedido efeito suspensivo ao  
2294 prazo de realização do concurso até que todas as instâncias de recurso sejam  
2295 esgotadas. Encaminha, novamente, a lista com sugestões de nomes para  
2296 compor a Comissão Julgadora (07.11.13). **Parecer da Congregação da**  
2297 **FFLCH:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Cícero Romão Resende de  
2298 Araújo, pelo indeferimento dos nomes indicados pelo recorrente e acatamento  
2299 da suspensão do prazo para realização do concurso. Portanto, o recurso foi  
2300 deferido parcialmente pela Congregação (21.11.13). **Parecer da PG:** esclarece  
2301 que a mera divergência de pontos de vista faz parte da academia e, por si só,  
2302 não consubstancia a hipótese de impedimento ou de suspeição, nos termos da  
2303 lei processual civil. O recorrente não apresentou nenhum elemento concreto  
2304 que tornasse fundada a arguição de parcialidade dos membros indicados pela  
2305 Congregação para compor a Comissão Julgadora do concurso. Diante do  
2306 exposto, entende que não há amparo legal à pretensão do candidato e opina  
2307 pelo indeferimento do recurso (19.02.14). **Parecer da CLR:** aprova, por  
2308 unanimidade dos presentes, o parecer do relator, **Prof. Dr. Regis Fernandes**  
2309 **de Oliveira**, contrário ao recurso interposto pelo interessado (11.03.14). **Cons.**  
2310 **Sérgio França Adorno de Abreu:** "Estou aqui na posição de Vice-Presidente  
2311 da CLR e não como Diretor da FFLCH." **M. Reitor:** "Abrirei a palavra para

2312 manifestação da Cons.<sup>a</sup> Maria Helena Capelato, caso ela queira se manifestar  
2313 em nome da Faculdade. **Cons. Sérgio Franca Adorno de Abreu:** "Trata-se de  
2314 uma inscrição regular para o concurso de Livre-Docência na área de  
2315 Climatologia. O processo foi encaminhado regularmente, o Conselho de  
2316 Departamento procedeu à indicação de nomes para composição da Comissão  
2317 Julgadora e o processo chegou à Congregação. Quando chegou à  
2318 Congregação, antes de ser votado, o candidato, se antecipando, questionou a  
2319 composição da Banca. A Congregação entendeu que o assunto deveria voltar  
2320 ao Conselho do Departamento, para que se manifestasse. O Conselho  
2321 examinou e manteve as indicações. Quando chegou novamente à  
2322 Congregação, foi designado um parecerista para examinar a questão e emitir  
2323 um parecer. Em resumo, o candidato questiona a posição da Banca, sob  
2324 argumentos de que as pessoas que a compõem têm posições teóricas  
2325 diferentes das dele. Do ponto de vista estatutário e regimental, a competência  
2326 para indicação de nomes para a composição é do Conselho do Departamento  
2327 e o exame e a aprovação, da Congregação, não cabendo ao candidato fazer  
2328 nenhuma sugestão de nomes. O candidato fez indicação de 17 nomes e depois  
2329 fez 14 indicações. A Congregação apreciou e não deu provimento ao Recurso,  
2330 o interessado encaminhou novo recurso com os mesmos argumentos, foi  
2331 designado um outro parecerista, que manteve a posição. O único detalhe é que  
2332 a Congregação acolheu o pedido do interessado de suspensão do prazo para  
2333 defesa de Livre-Docência enquanto durasse essa discussão de composição da  
2334 banca. Então, não foi dado provimento ao pleito do interessado com relação à  
2335 composição da Banca, mas foi concedido a suspensão do tempo para que ele  
2336 pudesse defender a sua tese de Livre-Docência. O processo veio à CLR, que  
2337 acolheu o voto da Congregação da FFLCH, pelo não provimento do recurso."  
2338 **M. Reitor:** "A essência da argumentação do interessado, contrária à Banca é o  
2339 que diz respeito às posições acadêmicas, teóricas e conceituais dos membros  
2340 desta, ele não alegou nenhuma questão de natureza pessoal, como se tivesse  
2341 um inimigo reconhecido e declarado entre os membros da Banca, não se trata  
2342 disso." **Cons.<sup>a</sup> Maria Helena Rolim Capelato:** "Acompanhei bem esse  
2343 processo, que realmente foi bastante discutido, mas não havia qualquer  
2344 possibilidade de recurso do professor, não tinha base nenhuma, por isso foi



2345 recusado pela Congregação." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.**  
2346 Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 63 (sessenta e  
2347 três) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 23 (vinte e três); Total de votantes =  
2348 86 (oitenta e seis). É aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso  
2349 interposto pelo interessado. **3. PROTOCOLADO 2013.5.947.8.5 – ANA**  
2350 **CRISTINA MOTA SILVA.** Recurso interposto por Ana Cristina Mota Silva,  
2351 candidata no concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto  
2352 ao Departamento de Geografia (Área de Teoria e Método da Geografia) da  
2353 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, contra decisão da  
2354 Congregação da Faculdade, que indeferiu seu pedido de nulidade do referido  
2355 Concurso. Recurso da Profa. Dra. Ana Cristina Mota Silva, candidata no  
2356 concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao  
2357 Departamento de Geografia (Área de Teoria e Método da Geografia),  
2358 requerendo anulação do referido concurso, alegando que a Banca  
2359 Examinadora definiu, *a priori*, juízos pré-julgados sobre a mesma, expressos no  
2360 desconhecimento de toda a sua pós-graduação e atividades desenvolvidas e  
2361 descumpriu o Edital do Concurso, no que diz respeito ao uso do material de  
2362 pesquisa durante a prova escrita (12.09.13). Parecer do Prof. Dr. Wagner  
2363 Costa Ribeiro, Presidente da Banca Examinadora: faz um resumo de todas as  
2364 etapas do concurso e demais itens levantados do recurso encaminhado  
2365 (16.09.13). **Parecer da Congregação da FFLCH:** aprova o parecer contrário  
2366 do relator, Prof. Dr. Álvaro de Vita, indeferindo o recurso interposto pela Prof.<sup>a</sup>  
2367 Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Mota Silva (19.9.13). Recurso interposto pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana  
2368 Cristina Mota Silva, contra decisão da Congregação que indeferiu seu pedido  
2369 de nulidade do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor,  
2370 junto ao Departamento de Geografia, reiterando a anulação do mesmo  
2371 (27.9.13). **Parecer da Congregação da FFLCH:** aprova o parecer contrário da  
2372 relatora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Esmeralda Vailati Negrão, indeferindo o recurso interposto  
2373 pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Mota (24.10.13). **Parecer da PG:** observa que o  
2374 recurso é tempestivo. No tocante à utilização de materiais bibliográficos na  
2375 prova escrita, pode-se concluir que a medida adotada pela Comissão encontra  
2376 respaldo no Edital e no Regimento Geral (artigo 139, III), porquanto a  
2377 permissão à consulta é restrita a materiais bibliográficos, não podendo a

2378 Comissão Julgadora permitir a utilização de eventuais acréscimos aos  
2379 materiais feitos pelos próprios candidatos. Quanto às demais alegações  
2380 trazidas pela recorrente, deve ser destacado que as avaliações em concursos  
2381 para provimento de cargos da carreira docente da USP são de competência  
2382 exclusiva da Comissão Julgadora, razão pela qual não se mostra possível que  
2383 qualquer outro órgão da Universidade imiscua-se na questão concernente ao  
2384 julgamento realizado no certame ora em questão. Assim, não se revela  
2385 possível a reapreciação dos critérios de análise da qualidade que foram  
2386 adotados pela Comissão Julgadora para o julgamento do Memorial, bem como  
2387 das provas didática e escrita da recorrente. Conclui que as posturas adotadas  
2388 pela Comissão Julgadora tratam-se de medidas de sua exclusiva alçada,  
2389 tomadas com o fim de garantir a isonomia na competição ou operacionalizar o  
2390 julgamento do mérito dos candidatos. Entende que não estão configurados  
2391 motivos que ensejem a decretação da nulidade do concurso (02.12.13).

2392 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes, o parecer do relator,  
2393 **Prof. Dr. Regis Fernandes de Oliveira**, contrário ao recurso interposto pela  
2394 interessada (11.03.14). **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** "Trata-se de  
2395 concurso para Professor Doutor, na área de Geografia. Foi realizado o  
2396 concurso e o argumento da recorrente resume-se a duas grandes questões,  
2397 uma delas são questões acadêmicas. Ela resolve fazer um julgamento sobre o  
2398 julgamento da Banca Examinadora, comparando currículos, tece várias  
2399 considerações sobre prova escrita, etc. Sabemos que já existe jurisprudência e  
2400 que a Comissão Julgadora é soberana no seu julgamento e na sua decisão, de  
2401 forma que não há o que acolher neste sentido. Com relação ao argumento de  
2402 vício, alega que teve seu material - que reconhece que continha anotações  
2403 pessoais - retirado da consulta. O edital do concurso diz que o candidato pode,  
2404 durante 60 minutos, fazer consulta a material bibliográfico, fazer anotações  
2405 naquele momento e depois aquele material é guardado. A candidata trouxe o  
2406 material todo anotado e isso não está no edital, não é aceito porque criaria uma  
2407 condição de desigualdade na realização do concurso, até porque ela conhecia  
2408 todos os pontos do concurso que poderia ser sorteado e trouxe todas as  
2409 anotações no seu material de programa. Então, o presidente da Comissão  
2410 Julgadora se manifestou, dizendo que adotou o procedimento tal como no

2411 edital. O assunto foi à Congregação, um parecerista se manifestou dizendo que  
2412 todo o procedimento foi adequado. A Procuradoria Geral também teve igual  
2413 entendimento e a CLR acompanhou pelo não provimento do recurso. " **Cons.ª**  
2414 **Maria Helena Rolim Capelato**: "Neste caso também não havia a menor  
2415 possibilidade de atendimento do recurso, porque além do que, o edital estava  
2416 bem claro." Não havendo mais manifestações, o **M. Reitor** passa à votação.  
2417 **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 61  
2418 (sessenta e um) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 22 (vinte e duas);  
2419 Total de votantes = 84 (oitenta e quatro). É aprovado o parecer da CLR,  
2420 contrário ao recurso interposto pela interessada. **M. Reitor**: "Muito obrigado.  
2421 Penso que fizemos um bom trabalho hoje e merecemos um descanso." Nada  
2422 mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às  
2423 18h20. Do que, para constar, eu, *Ignacio Poveda*, Prof. Dr. Ignácio Maria  
2424 Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata,  
2425 que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que  
2426 for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 20 de maio de 2014.